



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

REFORÇAR A GESTÃO DE DADOS SOBRE AS MIGRAÇÕES EM ANGOLA:

Avaliação e recomendações

Carlos M. Lopes



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela OIM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM,
do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



**Avaliação de
dados**

ACPOBS/2013/MDA07

2013

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quênia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório (www.acpmigration-obs.org). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2013 ACP Observatory on Migration

© 2013 International Organization for Migration

Documento preparado por Carlos M. Lopes. Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do autor e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça, do UNFPA ou do Governo da Angola.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



ACP

OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

REFORÇAR A GESTÃO DE DADOS SOBRE AS MIGRAÇÕES EM ANGOLA:

Avaliação e recomendações

Carlos M. Lopes

RESUMO EXECUTIVO

O Observatório ACP das Migrações realizou esta avaliação de Gestão de Dados sobre Migrações em Angola (ANG) entre Outubro de 2012 e 31 de Março de 2013, em cooperação com o Governo de Angola. A avaliação procedeu ao levantamento do quadro legal e regulamentar angolano e dos repositórios angolanos que contêm dados sobre migração e procurou avaliar a sua qualidade, o seu grau de integração e a sua acessibilidade.

Para além da recolha de documentação, foram realizadas entrevistas a representantes institucionais das organizações que, em Angola, estão mais ligadas à produção e gestão de dados sobre as migrações. Foi também administrado um questionário institucional e aproveitada a realização do Workshop Nacional sobre Migração e Desenvolvimento, organizado pelo Ministério do Interior e pelo Observatório ACP das Migrações e realizado em Luanda nos dias 13 e 14 de Março de 2013, para promover um grupo focal de discussão com questões relevantes sobre os dados sobre migrações em Angola e sobre a relação entre migrações e desenvolvimento.

A avaliação enfrentou significativos constrangimentos, sobretudo associados à dificuldade de concretizar contactos com representantes institucionais, à muito reduzida taxa de resposta aos questionários e à reduzida disponibilidade dos informantes em fornecerem a informação solicitada. Resultam daí duas das constatações deste relatório: existe pouca informação sobre a relação entre migrações e desenvolvimento e, por outro lado, a perspectiva dominante sobre os dados relativos às migrações é uma perspectiva fundamentalmente de segurança nacional, o que constitui um obstáculo à partilha de informação.

Outra das constatações do relatório é a da existência de insuficiente articulação entre as instituições que operam com dados sobre migrações. No sentido de superar essa insuficiência sugere-se a criação de uma Base de Dados Nacional sobre Migrações, que permita disponibilizar informação relevante sobre migrações aos decisores políticos, às instituições que intervêm neste domínio e a todos os interessados. O relatório apresenta várias recomendações relacionadas com a gestão de bases de dados sobre migrações em Angola.

A maioria das conclusões e recomendações deste relatório são de carácter geral, uma vez que as limitações enunciadas não permitiram a avaliação específica das diferentes instituições.

APRESENTAÇÃO

O Observatório da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) das Migrações é uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações e com o apoio financeiro da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento, do UNFPA e da Suíça. O Observatório ACP das Migrações funciona como uma rede de centros de investigação nas seis regiões ACP (África Ocidental, África Central, África Oriental, África Austral, Caraíbas e Pacífico) e produz dados sobre as migrações ACP para os migrantes, a sociedade civil, os investigadores e os decisores políticos para a melhoria da situação dos migrantes e o reforço da relação migração-desenvolvimento.

Apesar do reconhecimento crescente da importância da migração internacional e dos seus impactos nos migrantes e nas sociedades, os dados mais básicos sobre migrações permanecem muitas vezes indisponíveis ou desatualizados. Aproveitar os impactos positivos da migração e reduzir os seus custos depende da existência desses dados, exigidos pelos decisores políticos para o desenvolvimento de políticas e estratégias de gestão das migrações e desenvolvimento baseadas na realidade. Actualmente, os decisores políticos têm frequentemente um acesso limitado às informações e aos dados necessários para a planificação de políticas.

Muitos países confrontam-se com a ausência ou a inacessibilidade de dados detalhados, comparáveis e desagregados sobre as migrações. Se os dados existem, não são partilhados entre as partes interessadas. As diferentes instituições num país podem não partilhar dados ou não recolher dados de forma compatível, o que complica a análise. A propriedade dos dados pode não ser centralizada e a partilha de dados pode ser limitada. Além disso, podem existir lacunas nas capacidades de gestão de dados em termos de pericia, hardware e ativos de software, procedimentos e legislação.

Para melhorar a disponibilidade de dados sobre migrações nos países ACP, o Observatório ACP das Migrações lançou uma avaliação das capacidades de gestão de dados sobre migrações em 11 países-piloto (Angola, Camarões, Haiti, Lesoto, Nigéria, Papua Nova Guiné, Quênia, República Democrática do Congo, Senegal, Tanzânia e Timor-Leste) com o objetivo de fornecer recomendações concretas aos decisores governamentais.

ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	IX
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E ANEXOS.....	XI
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO	3
3. METODOLOGIA.....	5
4. O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES EM ANGOLA.....	7
4.1 MIGRAÇÕES INTERNAS.....	7
4.2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....	7
4.3 ENQUADRAMENTO NORMATIVO E INSTITUCIONAL.....	8
5. FONTES DE DADOS E DADOS SOBRE MIGRAÇÕES EM ANGOLA.....	15
6. A PESQUISA RECENTE SOBRE MIGRAÇÕES EM ANGOLA.....	19
7. PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE RECOLHA, TRATAMENTO, ANÁLISE, ARMAZENAMENTO, GESTÃO, COORDENAÇÃO, PARTILHA E DIFUSÃO DE DADOS SOBRE MIGRAÇÕES	21
7.1 OS DADOS MIGRATÓRIOS GERADOS PELO SME E PGF (MIGRAÇÃO INTERNACIONAL).....	21
7.2 OS DADOS MIGRATÓRIOS SOBRE A DIÁSPORA ANGOLANA (MIGRAÇÃO INTERNACIONAL).....	22
7.3 OS DADOS ESTATÍSTICOS GERADOS PELO INE (MIGRAÇÃO INTERNA E INTERNACIONAL).....	22
7.4 OS DADOS ESTATÍSTICOS GERADOS PELO MAPTSS (MIGRAÇÃO LABORAL)	23
7.5 OS DADOS SOBRE AS REMESSAS DE MIGRANTES.....	23
7.6 OS DADOS SOBRE REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO - ACNUR (MIGRAÇÃO INTERNACIONAL)	23
8. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES.....	25
8.1 ACESSIBILIDADE DOS DADOS	25
8.2 ARMAZENAMENTO, PROCESSAMENTO E GESTÃO DOS DADOS.....	25
8.3 RECURSOS.....	25
8.4 ARTICULAÇÃO E PARTILHA DE DADOS.....	26
8.5 PRINCIPAIS INSUFICIÊNCIAS DETECTADAS.....	26
9. CONCLUSÕES	29
10. RECOMENDAÇÕES	31
11. BIBLIOGRAFIA	33
12. ANEXOS	35

ACRÓNIMOS E SIGLAS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
BNA	Banco Nacional de Angola
CNRSPDD	Comissão Nacional de Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados
ICAESC	Instituto das Comunidades Angolanas no Exterior e Serviços Consulares
IBEP	Inquérito ao Bem-Estar da População
IDMC	Internal Displacement Monitoring Centre
INABE	Instituto Nacional de Bolsas de Estudo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRSEM	Instituto de Reintegração Socioprofissional dos Ex-Militares
MAT	Ministério da Administração do Território
MIDSA	Migration Dialogue for Southern Africa
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MININT	Ministério do Interior
MINSÁ	Ministério da Saúde
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PGF	Polícia Guarda Fronteira
SACTAP	Southern African Counter-trafficking Assistance Programme
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TCM	Technical Cooperation on Migration
UNHCR/ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E ANEXOS

- Gráfico 1: Instituições contactadas/entrevistadas
- Gráfico 2: Instituições nucleares que gerem dados sobre migrações
- Gráfico 3: Outras instituições que gerem dados sobre migrações
- Gráfico 4: Instituições geradoras de dados sobre migrações
-
- Tabela 1: Sumário das diligências e resultados obtidos para concretizar a avaliação
- Tabela 2: Síntese dos documentos fundamentais do quadro normativo internacional e nacional
- Tabela 3: Instituições que lidam com dados sobre migrações e respectivos papéis
- Tabela 4: Dados sobre Migrações disponíveis por indicadores e categorias de Migrantes
- Tabela 5: Dados disponíveis e potenciais sobre migrações por tipo de suporte
-
- Anexo 1: Avaliação das capacidades de gestão de dados sobre migrações em Angola
- Anexo 2: Lista das instituições contactadas
- Anexo 3: Instrumentos de recolha de informação
- Anexo 4: Amostras de dados sobre migrações
- Anexo 5: Formulários de recolha de dados sobre migrações

I. INTRODUÇÃO

As migrações, internas e internacionais, são um fenómeno de grande relevância em África. São fluxos multiformes, de grande amplitude e na sua grande maioria internos ao continente (FIDH, 2007). As migrações africanas são quantitativamente muito importantes, tanto em termos de rácio relativamente à população, como em números absolutos, quando comparados com outras zonas do mundo. Ancorados na história africana, nos tempos mais recentes os movimentos migratórios têm-se desenvolvido e tornado mais complexos. Os destinos multiplicaram-se e os itinerários alongaram-se (FIDH, 2007). Certos países de partida tornaram-se países de acolhimento, não sendo invulgar que os países sejam, simultaneamente, países de partida e de acolhimento para os refugiados (p.e., Sudão) ou trabalhadores migrantes (p.e., África do Sul). Os dados disponíveis revelam que as migrações atingem cada vez mais a população feminina. Em África, cerca de um migrante em cada dois (47%) é mulher: as mulheres e crianças constituem ainda 70% dos refugiados e deslocados internos do continente (UNFPA, 2006).

No caso de Angola, o panorama dos fluxos migratórios tem contornos similares mas aspectos particulares. Num contexto de crescimento acelerado da economia do país, coexistem e interrelacionam-se entre si uma crescente migração laboral, as dinâmicas intensas das migrações internas, fluxos mistos, o fenómeno dos refugiados e dos requerentes de asilo, tráfico de pessoas e uma intensificação das relações com a diáspora, com reflexos evidentes ao nível do volume e da estrutura das remessas (Almeida Martins, 2010).

O Plano Estratégico da Organização Internacional para as Migrações-Angola para o biénio 2009-2010 refere que após o final da guerra (2002), o Processo de Repatriamento Voluntário permitiu o regresso de mais de 400.000 angolanos refugiados nos países vizinhos (Zâmbia, RDC e Namíbia). A problemática das migrações de retorno continua na ordem do dia no contexto angolano, uma vez que, como a imprensa angolana tem noticiado, o retorno ao país tem continuado a ser uma opção de inúmeros angolanos instalados na Zâmbia, na Namíbia e na República Democrática do Congo. E continua a colocar problemas diversos e complexos, como ficou demonstrado num estudo recente promovido pelo Observatório ACP das Migrações (Melo, 2013). O já referido documento da OIM-Angola sublinha o peso ainda elevado das sequelas do conflito militar nos processos de mobilidade dos angolanos. A par de um insucesso relativo das políticas e programas de reintegração, a escassez de opções e de oportunidades nas zonas rurais, fortemente desestruturadas pelo impacto do conflito militar prolongado, induz ritmos elevados de migração para os centros urbanos e, particularmente, para a capital, Luanda. Jovens e mulheres, mas também retornados (ex-militares, refugiados, população deslocada internamente) engrossam estes fluxos migratórios que colocam sob uma pressão intensa os equipamentos e serviços sociais urbanos, como revela um outro estudo realizado pelo Observatório ACP das Migrações (Lopes et al., 2013).

2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

O objetivo geral desta avaliação consistiu em contribuir para a melhoria dos dados sobre migrações através do desenvolvimento das capacidades dos governos ao nível da coleta, armazenamento, partilha, análise e gestão de dados.

No que se refere aos objectivos específicos, a avaliação visou:

- Avaliar a situação atual da gestão de dados sobre migrações;
- Identificar lacunas e necessidades;
- Fazer recomendações concretas aos governos a este respeito.

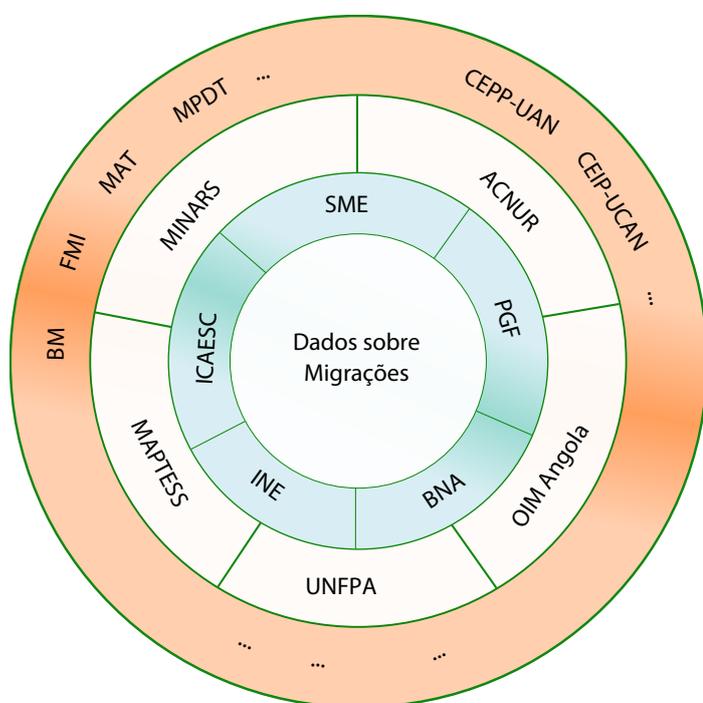
3. METODOLOGIA

Para além da revisão bibliográfica (literatura sobre migrações relativa a Angola, parte dela gerada no quadro da actuação da OIM), de um clipping da imprensa escrita angolana sobre migrações e temas afins, do levantamento da documentação legal e institucional e da análise da informação estatística disponível, o nosso desenho de estudo incluiu instrumentos metodológicos geradores de informação empírica, nomeadamente a recolha de amostras de dados sobre migrações em Angola provenientes de diferentes fontes, entrevistas (Computer-Assisted Personal Interview) e questionários. As ferramentas para recolha de informação (guiões de entrevistas, questionário aos representantes institucionais e questionário rápido direccionado aos participantes do workshop) foram preparadas pelo Consultor em estreita articulação com o Observatório ACP das Migrações.

O ponto de partida das entrevistas institucionais foi a sessão de trabalho com o Ponto Focal do Observatório ACP das Migrações na OIM – Angola.

Foram igualmente efectuadas, com base num guião de suporte (ver Anexo 3), nove entrevistas, de um total de 16 entrevistas formalmente requeridas, junto de instituições, nacionais e internacionais, que, no contexto angolano (ver Anexo 2), produzem, gerem e utilizam dados relacionados com as migrações. A definição da lista final de instituições a contactar, bem como a identificação dos respectivos representantes com responsabilidades na área de gestão de dados sobre migrações, foi efectuada em articulação com o Ponto Focal do Observatório ACP das Migrações.

Gráfico 1: Instituições contactadas/entrevistadas



As entrevistas aos representantes das instituições e aos especialistas abordaram tópicos relacionados com a relevância dos dados sobre migrações para a definição das políticas públicas, com a disponibilidade e qualidade dos dados existentes, com as percepções sobre os recursos técnicos e humanos afetos à recolha de dados sobre migrações, com o enquadramento legal, com os mecanismos relacionados com o processamento, armazenamento, gestão e segurança dos dados, com os procedimentos relacionados com a partilha de dados com parceiros nacionais e internacionais e com a sua difusão pública.

Foi administrado um questionário (ver Anexo 3), nas diferentes instituições contactadas, com a finalidade de caracterizar o seu papel, as suas responsabilidades, as respetivas infraestruturas TIC, os meios técnicos e humanos disponíveis, bem como os processos técnicos que em cada uma delas presidem à gestão de dados sobre migrações. Dos 16 questionários entregues, apenas quatro foram devolvidos preenchidos, três dos quais apenas parcialmente.

Quanto à recolha de amostras, apenas 3 das instituições contactadas forneceram a informação solicitada. Finalmente, a participação no Seminário Nacional para formação em Migração e Desenvolvimento, organizado pelo Ministério do Interior e pelo Observatório ACP das Migrações, realizado em Luanda nos dias 13 e 14 de Março de 2013, onde estiveram presentes representantes das várias instituições, contribuiu para confirmar e completar alguns dos elementos de informação recolhidos, através da realização de um grupo focal de discussão sobre um conjunto de questões relacionadas com as bases de dados sobre migrações em Angola (ver Anexo 3).

Tabela 1: Sumário das diligências e resultados obtidos para concretizar a avaliação

Instituição	Solicitação formal de entrevista	Entrevista	Recolha Amostras	Questionário Institucional		
				Preenchido	Não devolvido	Não preenchido
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	X	X	X			X
Banco Africano para o Desenvolvimento	X	X	X			X
Banco Mundial	X	X				X
Banco Nacional de Angola	X	X	X			X
Centro de Estudos e Investigação Científica -Universidade Católica de Angola	X	X				X
Centro de Excelência em Políticas Públicas -Universidade Agostinho Neto	X	X			X	
Fundo Monetário Internacional	X					
Instituto das Comunidades Angolanas no Exterior e Serviços Consulares	X	X	X	X		
Instituto Nacional de Estatística	X	X	X	X		
Ministério da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social - Inspeção Geral do Trabalho	X			X		
Ministério da Assistência e Reinserção Social	X					
Ministério do Interior	X					
Organização Internacional para as Migrações – Angola	X					
Polícia Guarda Fronteira	X					
Serviço Migração e Estrangeiros	X					
Fundo das Nações Unidas para a População	X	X		X		

Do cruzamento das informações recolhidas através dos questionários e das entrevistas institucionais, resultou a produção de inventários de recursos e necessidades das diferentes instituições contactadas.

Importa sublinhar que os resultados esperados com a realização deste estudo ficaram bastante comprometidos com as dificuldades e constrangimentos verificados no agendamento dos contactos, na concretização das entrevistas e no acesso à informação de modo geral. Um primeiro factor condicionador resultou no conjunto de mudanças que o processo eleitoral determinou na estrutura do Ministério do Interior e, por conseguinte, no Serviço de Migração e Estrangeiros e na Polícia de Guarda Fronteira. Não obstante todas as tentativas e diligências realizadas, não foi possível concretizar esses encontros, que estiveram diversas vezes agendados. Ora, tratando-se de instituições que desempenham um papel crucial no controlo dos fluxos migratórios, essa lacuna comprometeu o acesso a informação crucial. Uma outra limitação resultou, por um lado, de uma cultura de excessiva burocratização e, por outro lado, da perspetiva securitária dominante nas instituições governamentais. Em várias situações, mesmo já autorizados a fornecer informação ao Consultor, vários dos representantes institucionais exigiram que fosse elaborado um novo pedido formal ao Ministro da tutela para que pudessem fornecer informação sobre os recursos humanos ou TIC afetos às respetivas áreas ou fornecer amostras dos dados produzidos. Na maioria das situações, foi invocada a confidencialidade e razões de segurança nacional para a não-resposta a questões colocadas durante as entrevistas ou para a devolução dos questionários sem preenchimento.

4. O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES EM ANGOLA

No passado recente, e especialmente durante o conflito militar prolongado que se desenrolou desde a independência em 1975 até 2002, as dinâmicas de migração em Angola foram predominantemente caracterizadas pela migração rural-urbana interna, com a deslocação forçada das populações em direcção aos centros urbanos buscando níveis mais elevados de segurança física e alimentar (Lopes et al. , 2013). A saída de refugiados que se foram instalar nas regiões transfronteiriças e a migração por motivos económicos de trabalhadores qualificados e menos qualificados, a nível doméstico, intra-regional e extra-regional, também determinaram parte significativa dos fluxos migratórios. Após o alcance da paz, em 2002, as dinâmicas migratórias em Angola são essencialmente caracterizadas por fluxos mistos, que incluem o afluxo massivo dos refugiados angolanos nos países vizinhos e a subsequente mobilidade interna, os trabalhadores migrantes, os requerentes de asilo, os migrantes irregulares e as pessoas traficadas para Angola (Almeida Martins, 2010).

4.1 MIGRAÇÕES INTERNAS

Em Angola, para além das tendências de urbanização colonial motivada por uma (relativa) necessidade de mão-de-obra associada à indústria e aos serviços, é sem dúvida depois da independência que se regista a maior concentração de população nos centros urbanos. A causa principal para o aumento exponencial da urbanização em Angola durante estes mais de 30 anos, que se estende mesmo até 2002 com o estabelecimento da paz, foi a guerra civil.

As migrações internas coloniais dizem sobretudo respeito aos longos anos em que predominou o sistema escravagista, obrigando milhões de pessoas a deslocar-se das suas áreas de origem. A supressão deste sistema não fez, contudo, diminuir o número de migrantes internos, já que a manutenção de um regime de trabalho forçado, associado à procura de melhores condições nas cidades por parte da população rural, manteve elevados os números respeitantes ao êxodo rural.

Com a independência do país em 1975, as migrações internas aumentaram exponencialmente devido à eclosão da guerra civil no país, que afectou sobretudo as áreas rurais. Por um lado, a guerra implicou a deslocação interna de um elevado número de militares, ao mesmo tempo que impediu a deslocação de um número significativo de pessoas que foram mantidas em cativeiro pelas forças beligerantes. Por outro lado, a guerra civil angolana forçou um contingente populacional numeroso a refugiar-se nas cidades, tidas como refúgio para a guerra que se desenrolou sobretudo no meio rural. Em todas as cidades, mas sobretudo em Luanda, assistiu-se durante várias décadas a um crescimento contínuo e elevado da população. Na altura do conflito, o número de deslocados internos angolanos foi estimado em 3,8 milhões (BAD / OECD, 2008: 133).

Após o final da guerra, em 2002, o retorno às áreas rurais desta população não foi significativo e o ritmo de crescimento das cidades manteve-se elevado. Continuaram a ser causas principais deste crescimento a procura de melhores condições de vida, num contexto pós-guerra de elevada pobreza e precariedade. Porém, os padrões da migração interna tornaram-se mais complexos (Lopes et al. , 2013). Em Luanda e noutros centros urbanos, as populações também estão em movimento e vão ocorrendo com maior frequência fenómenos de migração temporária, com carácter inter-provincial.

4.2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Em relação à migração internacional, foram feitos grandes esforços no final da guerra para o regresso das populações às suas áreas de origem. O Programa de Repatriamento Voluntário (2003-2007) conduzido em parceria pela OIM, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) e o Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS) visou o repatriamento de cerca de 420.000 refugiados. Depois desta operação, que terminou em Março de 2007, cerca de 146.814 angolanos optaram por permanecer nos países de asilo, na condição de refugiados, dos quais 27.073 na Zâmbia, 111.589 na República Democrática do Congo (RDC), 5.600 na Namíbia e 2.652 no Congo Brazzaville (ACNUR, 2008).

Entre Junho de 2011 e Junho de 2012 verificou-se o regresso de 23.343 cidadãos angolanos, no quadro de um programa de repatriamento voluntário e organizado, aprovado em 2010 pelo executivo angolano e implementado em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de um total de cerca de 53 mil refugiados angolanos que pretendiam regressar a partir do Botsuana, do Congo-Brazzaville, da República Democrática do Congo, da Namíbia e da Zâmbia (ACNUR, 2011).

Contudo, se os números relativos às migrações internacionais são mais facilmente estimados, o mesmo não acontece em relação aos migrantes internos. O seu número é indeterminado e, quando disponível, refere-se apenas aos Deslocados Internos (IDP ou Internally Displaced Persons em inglês) de Cabinda. No entanto, através da análise do aumento exponencial da população urbana, estima-se que o número de migrantes internos, quer devido à guerra civil duradoura, quer a casos de desastre ambiental (como cheias), seja elevado.

Em 2001, ainda antes do final da guerra, Angola e o Sudão apresentavam os mais numerosos contingentes de deslocados internos no contexto da África Subsaariana, contando com quatro milhões ou mais de deslocados (IDMC, 2010: 15). Por volta do final de 2005, estes valores haviam decrescido, em Angola, para menos de 20.000 (19.566, tendo em conta os valores de referência das NU para a região de Cabinda). Desde 2005, contudo, que o número de deslocados internos não é monitorizado, sendo por essa razão desconhecido.

Os refugiados originários de Angola foram estimados, em Janeiro de 2009, em 171.393; os requerentes de asilo, em 741; e os migrantes retornados, em 13.052 (ACNUR Angola, 2009). O Botsuana, a República Democrática do Congo (RDC), a República do Congo e a Zâmbia foram os principais países receptores de refugiados angolanos.

De acordo com o ACNUR, o número total de retornos entre 2002 e 2007, no quadro do processo de repatriamento organizado dos refugiados angolanos, foi de 420.900, permanecendo cerca de 190 mil refugiados angolanos na RDC, República do Congo, Zâmbia e em outros países (ACNUR, 2008). A mesma instituição reporta que, em 2009, Angola acolhia um total de 12.710 refugiados (dos quais 11.400 vieram da RDC) e 3.185 requerentes de asilo (ACNUR Angola, 2010). Em 2011, ainda segundo os dados do ACNUR, o número de refugiados em Angola situava-se nos 16.233, sendo 3.167 o número de requerentes de asilo (ACNUR, 2011).

As Normas sobre o Reassentamento das Populações Deslocadas, de 2001, publicadas pelo Governo de Angola (e regulamentadas em 2002), visaram sobretudo as populações afectadas diretamente pelo conflito logo após o seu término, reconhecendo a importância de o seu reassentamento ser voluntário e implicar o seu envolvimento nos procedimentos para a realocação, identificação e distribuição de terras. Embora se tenha de certa forma diluído este processo no contexto nacional, permanecem muitos dos efeitos tanto das próprias deslocações durante a guerra como das políticas e acções de reinserção e reintegração das populações deslocadas. De entre estes, destaca-se a elevada concentração em meio urbano, sobretudo no litoral do país.

Em termos de migrações internacionais, os dados são aparentemente mais claros e atualizados. De acordo com a OIM – organização da qual Angola é estado-membro desde 1991 – a taxa de migração bruta para 2010-2015 é estimada em 0,8 migrantes por cada mil habitantes, representando os imigrantes, em 2010, 0,3%. A percentagem de mulheres imigrantes, em 2010, correspondia a 53% (OIM, 2010-2011). Quanto aos emigrantes, um estudo do Banco Mundial fixava o stock de emigrantes angolanos em 522.964, e identificava como principais países de destino Portugal, Zâmbia, Namíbia, Congo, Alemanha, França, Reino Unido, Brasil, Espanha e Estados Unidos da América (WB, 2008).

4.3 ENQUADRAMENTO NORMATIVO E INSTITUCIONAL

5.3.1 Internacional

Em termos internacionais os migrantes encontram-se cobertos por um quadro legal e normativo bastante amplo, que inclui a Declaração Universal dos Direitos Humanos e sete tratados da ONU sobre os direitos humanos: a Convenção Internacional de 1965 para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; a Convenção Internacional de 1966 sobre Direitos Cívicos e Políticos; a Convenção Internacional de 1966 sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais; a Convenção de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; a Convenção de 1984 contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes; a Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança; e a Convenção Internacional de 1990 sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

Angola não ratificou a Convenção Internacional sobre a Protecção de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, que proíbe “a expulsão colectiva” de trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, nem a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, nem o seu Protocolo Facultativo, que estabelece um quadro de monitorização independente das condições de detenção no país. Apesar de ser membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Angola ainda não ratificou o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (Protocolo do Contrabando) nem o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente de Mulheres e Crianças (Protocolo do Tráfico).

5.3.2 Nacional

Em termos nacionais, os documentos fundamentais são a Constituição de 2010, a Lei 02/07 e o Decreto Presidencial 108/11.

No entanto, existem outros instrumentos legais, nomeadamente a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 1/05 de 1 de Julho), a Lei sobre o Estatuto do Refugiado (Lei n.º 8/90 de 26 de Maio) e o Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados para o Repatriamento Voluntário e Reintegração de Refugiados Angolanos.

Tabela 2: Síntese dos documentos fundamentais do quadro normativo internacional e nacional

Documentos fundamentais	Síntese/Descrição
<i>Quadro normativo internacional</i>	
Convenção Internacional de 1990 sobre Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e das Suas Famílias	Fixa, de forma específica, os direitos dos migrantes. Entrou em vigor em 2003 e foi, até à data, ratificada por 30 Estados. A Convenção de 1990 inclui disposições importantes relacionadas com a prevenção das migrações irregulares, as obrigações dos migrantes e o papel da cooperação entre Estados na regulação da circulação de pessoas de uma forma sensata e equitativa, e protege os direitos fundamentais de todos os trabalhadores migrantes, regulares ou irregulares, os seus direitos civis e políticos fundamentais (não serem sujeitos a torturas nem a trabalhos forçados, o direito à vida e a um tratamento justo, a segurança das pessoas, e a liberdade de opinião e de religião) bem como alguns direitos económicos, sociais e culturais (o acesso a cuidados médicos de emergência e à educação para os filhos dos trabalhadores migrantes). No entanto, a Convenção não consagra o acesso dos migrantes irregulares a determinados direitos (por exemplo, ao reagrupamento familiar ou os direitos sindicais). A Convenção de 1990, aprovada a 18 de Dezembro (dia Internacional do Migrante), estipula que os Estados devem acionar mecanismos cooperativos, com o objectivo do repatriamento digno dos migrantes irregulares e com a finalidade de detectar, prevenir e erradicar a migração irregular e o emprego de migrantes irregulares.
<i>Quadro normativo nacional</i>	
Constituição de 2010	A Constituição angolana de 2010 garante todas as liberdades e direitos fundamentais, consagra o princípio da igualdade e da não discriminação e vincula os direitos fundamentais que acolhe por referência à Declaração Universal dos Direitos do Homem, à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e aos tratados internacionais sobre a matéria ratificados pela República de Angola.
Lei sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros (Lei 02/07)	A Lei sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros (Lei 02/07) entrada em vigor a 31 de agosto de 2007, garante aos cidadãos estrangeiros que se encontram em Angola os mesmos direitos e deveres de que gozam os cidadãos angolanos, com exceção de alguns direitos políticos e de outros direitos expressamente reservados aos cidadãos angolanos, tais como o exercício de funções públicas ou a liderança de um sindicato ou associação profissional. A lei permite que se realizem expulsões de cidadãos estrangeiros sem prejuízo dos acordos ou convenções internacionais de que a República de Angola seja parte.
Decreto Presidencial 108/11	O Decreto Presidencial 108/11 promulgou, a 25 de maio de 2011, os regulamentos da lei de 2007.
Lei do Sistema de Estatística Nacional - SEN (Lei nº3/11 de 14 de Janeiro)	A Lei do Sistema de Estatística Nacional - SEN (Lei nº3/11 de 14 de Janeiro) reconhece a importância dos dados estatísticos para a formulação de políticas orientadas para o desenvolvimento e estabelece a filosofia e objectivos do SEN. Define o que são dados estatísticos oficiais, quais as suas características e quem são as instituições oficialmente reconhecidas como produtoras de estatísticas oficiais. De acordo com o articulado da lei, actividade estatística oficial é o conjunto de métodos, técnicas e procedimentos de concepção, recolha, tratamento, apuramento, análise, difusão e coordenação de informações estatísticas que contemplam : a) A produção e difusão de estatísticas oficiais resultante do tratamento de informações estatísticas individuais recolhidas através da realização de recenseamentos e inquéritos ou através do aproveitamento, quer em sede de recriação quer de actualização, de dados administrativos contidos em ficheiros pertença de organismos da Administração Pública, de instituições de direito privado que administram serviços públicos e de empresas públicas; e b) A elaboração de análises, estudos e trabalhos de investigação, designadamente nos domínios demográfico, social, económico, ambiental e estatístico, com utilização de estatísticas oficiais e das respetivas informações estatísticas individuais de base, salvaguardado o princípio do segredo estatístico.
Lei sobre o Recenseamento Geral da População e da Habitação (Decreto Legislativo Presidencial nº3/11, de 23 de Junho)	A Lei sobre o Recenseamento Geral da População e da Habitação (Decreto Legislativo Presidencial nº3/11, de 23 de Junho) clarifica a relevância, define o âmbito, objetivos, período de referência e modo de execução, discriminando as unidades estatísticas e variáveis a observar, tendo sido antecedida pela Lei nº 19/11, de 20 de Maio, que estabelece a autorização legislativa sobre as bases gerais para o recenseamento geral da população e habitação. De acordo com o quadro legislativo em vigor, o Censo deverá permitir apurar dados atualizados quer sobre a migração interna quer sobre a migração internacional.

A arquitetura institucional angolana responsável pelas migrações abrange três Ministérios principais: o Ministério do Interior, que integra o Serviço de Migrações e Estrangeiros e a Polícia de Guarda-Fronteira; o Ministério das Relações Exteriores, que acolhe o Instituto das Comunidades Angolanas no Exterior e Serviços Consulares (ICOMSEC); e o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, sob cuja alçada funciona o Instituto Nacional de Estatística.

Gráfico 2: Instituições nucleares que gerem dados sobre migrações



Para além das instituições nucleares, existe um conjunto de outras instituições que também estão directamente relacionadas com os dados sobre migrações.

Gráfico 3: Outras instituições que gerem dados sobre migrações



Fora do quadro das instituições governamentais, destaca-se a presença e o papel desempenhado por vários dos organismos do sistema das Nações Unidas, nomeadamente a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNPFA) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR/ACNUR).

O UNPFA, o ACNUR/UNHCR e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR) são as outras instituições do universo das Nações Unidas que se relacionam directamente com as diferentes problemáticas associadas à mobilidade humana.

A tabela 3 apresenta as instituições que, no contexto angolano, lidam com dados sobre migrações, apresentando os respectivos papéis:

Tabela 3: Instituições que lidam com dados sobre migrações e respectivos papéis

Instituição	Papel na gestão de dados sobre as migrações
Banco Nacional de Angola (BNA)	O Banco Nacional de Angola supervisiona a implementação das políticas monetária e cambial e a gestão do sector financeiro do país. Nos termos definidos pelo Aviso nº 03/2011, de 2 de Junho, emitido pelo Gabinete do Governador, que regula a prestação do serviço de remessas de valores, e pela Directiva nº 06/DSI/2012, de 24 de Agosto, o BNA recebe diariamente informação das instituições autorizadas a proceder a remessas de valores, informação que permite obter dados sobre as remessas de emigrantes e imigrantes, que são posteriormente integrados nos dados relativos à Balança de Pagamentos.
Ministério da Justiça - Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal (DNAICC)	O Arquivo de Identificação Civil é a instituição governamental responsável pelo registo de nascimentos, casamentos e óbitos em Angola. Existe um registo de dados digital desde 2010 que contém informações relevantes para a migração, tais como os locais de nascimento e os locais de residência de pessoas registadas para nascimentos, casamentos e óbitos.
Ministério das Relações Exteriores (MIREX) - Instituto das Comunidades Angolanas no Exterior e Serviços Consulares (ICAESC)	<p>Em relação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, as suas funções relevantes para as questões de migração são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assuntos consulares, inclusive protegendo os interesses dos angolanos no exterior e procedendo ao repatriamento de indigentes angolanos; • Emissão de passaportes diplomáticos; • Emissão de passaportes, certificados, viagens e cartões de identificação dos marítimos em missões no exterior; • Preparação e conclusão de acordos bilaterais, comissões conjuntas, e assim por diante, com países estrangeiros; • Emissão de vistos para estrangeiros que viajam para Angola, incluindo vistos de curta duração e vistos de trabalho. <p>O Instituto das Comunidades Angolanas no Exterior e Serviços Consulares, inserido no Ministério das Relações Exteriores, visa acompanhar e dar assistência cultural e informativa às comunidades angolanas no exterior, apoiar o processo de reinserção social dos quadros e outros cidadãos que regressam definitivamente ao País e trabalhar em estreita colaboração com a Direcção Geral dos Assuntos Jurídicos, Consulares e Contencioso e com os diferentes consulados, organismos e instituições nacionais vocacionadas para o apoio às comunidades angolanas no exterior. Esta instituição funciona em articulação com o Departamento Migratório do Ministério das Relações Exteriores.</p>
Ministério da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social (MAPTESS) - Inspeção Geral do Trabalho (IGT)	O Ministério da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social (MAPTESS) é o ministério envolvido na recolha, organização, classificação e tratamento de dados relacionados com a migração laboral, com base no Decreto sobre o Emprego da Força de Trabalho Estrangeira Não Residente (Decreto n.º 5/95 de 7 de Abril) e no Regulamento sobre o Exercício da Actividade Profissional do Trabalhador Estrangeiro Não Residente (Decreto n.º 6/01 de 19 de Janeiro). Além de realizar pesquisas especializadas sobre a força de trabalho, o MAPTESS mantém um registo dos contratos de trabalho que foram validados antes da emissão de uma autorização de trabalho para estrangeiros que trabalham em Angola. Outra das áreas de intervenção do MAPTESS, através da Inspeção Geral do Trabalho, centra-se na realização de inspeções aos locais de trabalho, das quais são efectuados registos, sendo feito o levantamento das situações de irregularidade contratual ou de existência de força de trabalho migrante irregular.

Instituição	Papel na gestão de dados sobre as migrações
Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS)	<p>O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) é o órgão do Governo encarregue de dirigir e coordenar a execução da política social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, garantindo os seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento através de medidas que reportam a implementação de políticas sociais básicas da reinserção e da assistência social.</p> <p>Através da Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), o MINARS tem estado envolvido nas diferentes etapas do processo de repatriamento dos angolanos refugiados nos países vizinhos, competindo-lhe acompanhar e apoiar o processo de reinstalação e reintegração dos angolanos retornados/repatriados. Para além do Programa de Reintegração Social nas áreas de retorno, o MINARS tem em curso um Projecto de Assistência aos refugiados estrangeiros em território angolano, com o objectivo de os integrar em comunidades de acolhimento.</p>
Ministério do Interior (MININT) - Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) Polícia de Guarda Fronteira (PGF)	<p>É no Ministério do Interior, a quem compete a responsabilidade de garantir e manter a segurança interna da nação, que se situa o poder essencial relativo à gestão das migrações. De acordo com o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, o Serviço de Migração e Estrangeiros é o órgão a que compete promover e coordenar a execução das medidas e ações inerentes ao trânsito, entrada, permanência, residência e saída dos cidadãos estrangeiros do território nacional, o controlo do movimento de pessoas através dos postos de fronteira terrestres, marítimos, aéreos e fluviais, bem como a emissão e controlo do passaporte nacional. Na sua estrutura orgânica, o SME integra um Departamento de Estrangeiros, um Departamento de Fronteiras e um Departamento de Controlo de Refugiados, o qual também tem a responsabilidade da entrevista inicial do processo de pedido de asilo, antes do seu envio para o Comité de Reconhecimento do Direito de Asilo (COREDA), que o SME também integra.</p> <p>A Polícia de Guarda Fronteira é o corpo policial que assegura o controlo e a fiscalização das entradas e saídas no país.</p>
Serviço Nacional de Protecção Civil	<p>O Serviço Nacional de Protecção Civil é a instituição governamental responsável pela coordenação da gestão de desastres. É a agência que coordena a resposta do governo à migração interna forçada.</p>
Ministério do Plano e do Desenvolvimento Territorial - Instituto Nacional de Estatística (INE)	<p>O Instituto Nacional de Estatística (INE) está mandatado para fornecer informação estatística relevante em relação às atividades socioeconómicas, bem como sobre as condições de vida dos habitantes de Angola. Uma das suas principais tarefas é coordenar o Sistema de Estatística Nacional. Para além de estatísticas demográficas, económicas e sociais, o INE encontra-se actualmente engajado na realização do Censo 2013.</p> <p>O INE, que funciona na dependência político-administrativa do Ministério do Plano e do Desenvolvimento Territorial, colabora com todos os níveis do Governo e suas agências na produção de estatísticas administrativas, coordena o sistema de estatística nacional e promove o uso geral de padrões estatísticos. A atuação do INE encontra respaldo na Lei nº 3/11, de 14 de Janeiro, que estabelece as bases da recolha, tratamento, apuramento, análise, difusão e coordenação estatística.</p>
Ministério do Ensino Superior	<p>O Ministério do Ensino Superior centraliza informação sobre a certificação das Instituições de Ensino Superior e os processos das candidaturas de estudantes a instituições de ensino superior. Reúne dados de todos os cidadãos angolanos que frequentam a universidade em Angola.</p> <p>A recente criação das universidades regionais, organizadas em regiões académicas, pode, por si só, gerar dados sobre migrações internas por motivos relacionados com a formação académica.</p>
Direcção Nacional de Alfândegas	<p>A Direcção Nacional de Alfândegas controla o comércio e as viagens através das fronteiras, arrecadando impostos para o Estado sobre bens que entrem ou saiam do país.</p>
Universidade Agostinho Neto (UAN) - Faculdade de Ciências Sociais	<p>A Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto começa a proporcionar oportunidades de pesquisa sobre a migração, no seu Doutoramento em Ciências Sociais e no Mestrado em Sociologia. Embora a UAN não esteja ainda fortemente engajada na pesquisa, recolha e gestão dos dados sobre Migrações, a sua posição de principal universidade pública angolana confere-lhe um potencial importante enquanto instituição produtora de dados e usuária de dados de migração.</p>

Instituição	Papel na gestão de dados sobre as migrações
Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE)	O INABE, enquanto principal instituição concessionária de bolsas de estudo em Angola, pode fornecer informação sobre os estudantes angolanos que se deslocam para o exterior com bolsas de formação.
Organização Internacional para as Migrações (OIM - Angola)	<p>A Organização Internacional para as Migrações tem vindo a operar em Angola desde 1994, com foco na assistência às populações deslocadas mais vulneráveis, incluindo os deslocados internos, refugiados angolanos e ex-combatentes desmobilizados, bem como a implementação de projectos multisetoriais de reintegração das comunidades afetadas pelas deslocações. O processo de repatriamento e reintegração dos refugiados foi conduzido pelo Governo angolano em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR/UNHCR) e com o apoio logístico da OIM. Para além disso, a OIM trabalha com os departamentos governamentais e outros parceiros na promoção activa da proteção da população migrante vulnerável, tais como os menores não acompanhados e adultos vítimas de tráfico humano, através da realização de pesquisas, treinamento de capacitação de agentes da lei, campanhas de sensibilização e vários tipos de assistência directa.</p> <p>Os principais objetivos da OIM Angola ao nível da capacitação na área das migrações são a criação de um quadro institucional e de capacidades que permitam a gerir a migração para benefício do desenvolvimento nacional, prevenindo a migração irregular e protegendo os migrantes vulneráveis.</p> <p>Um dos exemplos da intervenção da OIM-Angola tem sido a sua colaboração num projeto orientado para o desenvolvimento, reforço e organização das capacidades da República de Angola para gerir a migração mista através de governança coordenada e de ações compatíveis com as normas e princípios internacionais de proteção internacional e de gestão da migração.</p>
Fundo das Nações Unidas para a População (UNPFA)	O mandato do UNPFA determina, entre outros objetivos, que a organização apoie os Governos na realização de censos, de inquéritos e na pesquisa e análise das relações entre população e desenvolvimento. No centro das suas atenções estão fenómenos como as migrações, o envelhecimento, as mudanças climáticas e a urbanização.
Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR/ACNUR)	O foco é colocado nos desafios de proteção colocados pela conexão entre a proteção dos refugiados e a migração, no sentido de se encontrarem processos e mecanismos que garantam que as políticas de migração não comprometem o direito de asilo. A compreensão das dinâmicas de migração e das políticas dos Estados, das organizações regionais e internacionais é fundamental para assegurar soluções de proteção efectiva aos refugiados. As atividades do ACNUR em Angola são crescentemente orientadas para questões de asilo e migrações, uma evolução motivada pelos influxos substanciais de pessoas de outros países africanos, a maioria deles imigrantes económicos, mas que incluem também pequenos números de refugiados e de requerentes de asilo.
Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR)	Com o seu mandato limitado à promoção dos direitos humanos, a intervenção do OHCHR no que respeita às migrações visa garantir que os migrantes, regulares e irregulares, beneficiam de tratamento por parte das autoridades que não coloque em causa os seus direitos enquanto seres humanos.

5. FONTES DE DADOS E DADOS SOBRE MIGRAÇÕES EM ANGOLA

As fontes de dados sobre migrantes incluem censos relativos à população e à habitação, registos populacionais, registos administrativos, estatísticas fronteiriças e aduaneiras e inquéritos por amostragem (agregado familiar). No caso de Angola, conjuga-se um número insuficiente de fontes de dados fiáveis com lacunas de dados significativas. O último Censo angolano data de há cerca de 40 anos, estando actualmente a ser realizado um Recenseamento Geral da População e Habitação, que está em fase de recolha de informação. Existe também um número limitado de estudos realizados recentemente, conduzidos sobretudo pela OIM ou pelo Projecto de Migração na África Austral (SAMP). Recentemente foi realizado pelo INE um inquérito por amostragem (IBEP, ou Inquérito sobre o Bem-Estar da População 2008-09), contendo um número limitado de questões sobre migração e uma amostra de migrantes reduzida, como resultado da dificuldade em encontrar migrantes em estruturas de amostragem regulares e do facto de que a medição dos fluxos requer dimensões de amostragem suficientemente grandes. Poderão ainda existir dados dispersos sobre os migrantes internos nos registos administrativos afetos às estruturas administrativas (GEPE) ou a outras organizações (ONG, organizações e responsáveis de investigação nacionais, institutos académicos que tratam de questões relacionadas com a migração). No contexto angolano, os dados sobre migrações internacionais são os que resultam das estatísticas geradas pelos processos de natureza administrativa e jurídica, recolhidos e gerados por instituições como o SME, a Polícia de Guarda Fronteira, o IGT-MAPTSS e o ICAESC. Também são gerados dados, de natureza administrativa, pelo MAPTESS, no domínio da migração laboral e da migração irregular, e de natureza estatística, pelo BNA, no que se refere às remessas de emigrantes.

Gráfico 4: Instituições geradoras de dados sobre migrações



Podem ainda enunciar-se como potenciais fontes de dados a Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal (DNAICC), adstrita ao Ministério da Justiça, o Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE), o Ministério da Justiça, no que se refere aos cidadãos reclusos, o Ministério do Ensino Superior e o Ministério da Saúde.

Tabela 4: Dados sobre Migrações disponíveis por indicadores e categorias de Migrantes

Tipo de dados	Instituição Responsável	Indicadores / Descrição	Categoria de Migrantes
Balança de Pagamentos	Banco Nacional de Angola (BNA)	Remessas de cidadãos que vivem no exterior e de imigrantes que vivem em Angola. Esta informação é reportada nos relatórios periódicos do BNA.	Emigrantes, Imigrantes
Nascimentos, casamentos e óbitos	Arquivo Nacional de Identificação	Esta base de dados de registos locais de nascimento, casamento e morte indica o lugar de origem dos pais e o local de residência. Com esta informação, é possível compreender quantas pessoas nascem no mesmo local que os seus pais e se os pais nasceram no mesmo lugar em que vivem ou não.	Migração rural-urbana; Migração inter-regional
Sistema de Gestão das Fronteiras	Serviço de Migração e Estrangeiros (SME)	Crianças migrantes irregulares; imigrantes irregulares que trabalham em Angola; migrantes a quem foi recusada a entrada; migração líquida (total e taxa, anualmente); número de vistos de estudante emitidos; número de vistos de turismo emitidos; stock total de população estrangeira residente (total e percentagem da população total). No caso dos imigrantes irregulares, é possível conhecer o número de sobrestadias. Finalmente, é ainda possível saber o número aproximado de pessoas que trabalham em Angola com vistos de turismo ou de negócios.	imigrantes irregulares, crianças migrantes, imigrantes de longo prazo, turistas
Censo 2014	Instituto Nacional de Estatística (INE)	O Censo deverá permitir apurar dados actualizados quer sobre a migração interna quer sobre a migração internacional, cidadania e residência da pessoa no ano passado; imigrantes regulares (total e percentagem da população total empregada); taxa de crescimento populacional; volume da população; e taxa de urbanização.	Migrantes rurais-urbanos; Migrantes inter-regionais; Imigrantes;
Inquérito ao Bem Estar da População 2008-09	Instituto Nacional de Estatística (INE)	O IBEP 2008-09 permitiu apurar dados actualizados quer sobre a migração interna quer sobre a migração internacional, sobre a residência das pessoas em diferentes momentos e sobre as razões que justificaram essas deslocações.	Migrantes rurais-urbanos; Migrantes inter-regionais; Imigrantes;
Partidas e Chegadas internacionais	Serviço de Migração e Estrangeiros (SME)/ Polícia de Guarda Fronteira (PGF)	Mobilidade transfronteiriça; emigração para fins de estudo; número de vistos emitidos fluxo; migração (total e taxa, anual); stock total; stock total de população nascida no estrangeiro (total e percentagem da população total); stock total da população de nacionalidade estrangeira (total e percentagem da população total).	Imigrantes; Imigrantes em situação irregular; Emigrantes laborais; Imigrantes Laborais; Emigrantes e Imigrantes de curto prazo; Turistas (saídas)
Passaportes	Serviço de Migração e Estrangeiros (SME)	Número de naturalizações	Imigrantes

Tipo de dados	Instituição Responsável	Indicadores / Descrição	Categoria de Migrantes
Vistos de trabalho	Serviço de Migração e Estrangeiros (SME)	imigrantes empregados regulares (total e percentagem do total da população empregada) - stock; licenças emitidas - fluxo de trabalho; autorizações de trabalho válidas - stock; imigrantes empregados durante um período de referência - fluxo; número estimado de trabalhadores migrantes sazonais - stock ou fluxo; imigrantes de longa duração.	Imigrantes laborais
Vistos de residência	Serviço de Migração e Estrangeiros (SME)	Migração internacional por países de origem	Imigrantes; Migração internacional
Western Union e instituições similares		Remessas internas, regionais, internacionais; migrações internas, regionais, internacionais.	Migrantes rurais-urbanos; Remessas dos migrantes inter-regionais;

No que se refere às migrações internas, a informação existente só agora começa a ser produzida de forma sistemática. Existe igualmente informação recolhida no quadro da intervenção do MINARS e de agências do sistema das NU como a OIM, FNUAP/UNFPA, UNHCR/ACNUR e OHCHR, focalizada na situação dos deslocados internos, dos refugiados angolanos nos países vizinhos, nos ex-combatentes desmobilizados, bem como na implementação de projectos de reintegração social das comunidades deslocadas.

6. A PESQUISA RECENTE SOBRE MIGRAÇÕES EM ANGOLA

Da pesquisa recente sobre migrações no contexto angolano destacamos um estudo sobre as articulações entre a migração interna, a urbanização e saúde, realizado em 2013; um estudo sobre a reintegração dos migrantes retornados, realizado também em 2013; e um estudo sobre o impacto das remessas dos emigrantes angolanos na África do Sul e em Portugal nas condições de vida das comunidades beneficiárias, realizado em 2007. O primeiro estudo teve como objectivo principal estudar as articulações entre a migração interna, a urbanização e a saúde em Angola. Promovido pelo Observatório ACP das Migrações, pretendeu ainda contribuir para o conhecimento dos padrões de migração interna e avaliar a adequação da estrutura de políticas que o Governo de Angola tem posto em acção no que diz respeito à mobilidade interna. Para além das migrações campo-cidade e entre centros urbanos, a pesquisa constatou a existência de fluxos migratórios temporários com diferentes características. Por outro lado, este estudo permitiu também validar algumas hipóteses constantes da literatura previamente existente, no que se refere às características do processo de assentamento e fixação das populações migrantes. Relativamente ao acesso aos serviços de saúde, as principais constatações da pesquisa apontam para que não existam grandes diferenças entre migrantes e não-migrantes e sugerem que a mobilidade interna em Angola relacionada com a saúde é determinada sobretudo pela procura de melhores condições de acesso aos serviços. Constatou-se também que, no contexto angolano, a gestão dos fluxos migratórios não se caracteriza ainda por uma intervenção suficientemente coordenada e articulada ao nível das diferentes políticas sectoriais.

O segundo estudo sobre a integração dos angolanos que regressaram recentemente visou analisar a migração de retorno, as estratégias de reintegração e as relações entre estes fluxos migratórios e o desenvolvimento humano. Das principais conclusões, destacam-se as seguintes ideias: os resultados mostram que a maioria dos migrantes inquiridos regressou do país vizinho mais próximo da sua residência actual; parte significativa dos inquiridos revelou encontrar-se actualmente em melhor ou igual situação socioeconómica em relação às condições de que dispunha nos países de acolhimento, sendo que a maioria se manifestou satisfeita com o nível de acesso aos serviços sociais disponíveis; uma elevada percentagem dos entrevistados referiu explicitamente a assistência do Governo de Angola no processo de retorno, sendo reclamada maior atenção ao caso específico dos retornados altamente qualificados; finalmente, o estudo concluiu que são necessários estudos adicionais de avaliação das necessidades que sirvam de base à elaboração de planos e políticas de reintegração mais adequadas e eficazes.

O objectivo do terceiro estudo consistiu em recolher e analisar dados relativos ao envio de remessas para Angola por parte dos emigrantes residentes em Portugal e África do Sul e em investigar e analisar a sua utilização pelos respectivos beneficiários em Angola. A análise incluiu um estudo dos impactos das remessas de imigrantes nas famílias de origem e documentou algumas políticas e práticas relacionadas com os fluxos de remessas entre Portugal, África do Sul e Angola. O estudo concluiu que os principais determinantes dos fluxos migratórios de Angola para Portugal e África do Sul consistem na relação de longo prazo estabelecida desde o período colonial entre Angola e Portugal, na evolução das dinâmicas migratórias intra-SADC e nas consequências do conflito armado em Angola, tendo a década de 1990 correspondido ao período mais intenso da emigração. A informação obtida permitiu concluir que as remessas constituem uma importante fonte suplementar de rendimento para uma grande parcela das famílias (em 38% dos casos, as remessas constituem 21% a 80% do rendimento familiar mensal e em 16% dos agregados familiares, as remessas constituem a totalidade do rendimento mensal). Os principais beneficiários de remessas são os parentes mais próximos dos migrantes, ou seja, os pais (especialmente a mãe), irmãos, filhos e cônjuges/ex-cônjuges, bem como outros membros da família.

7. PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE RECOLHA, TRATAMENTO, ANÁLISE, ARMAZENAMENTO, GESTÃO, COORDENAÇÃO, PARTILHA E DIFUSÃO DE DADOS SOBRE MIGRAÇÕES

Em Angola, a pesquisa permitiu identificar os dados, disponíveis e potenciais, por tipo de suporte, que constam da tabela 5:

Tabela 5: Dados disponíveis e potenciais sobre migrações por tipo de suporte

Dados disponíveis e potenciais sobre migrações	Número de Fontes	
	Digital	Papel
Migração interna e internacional		
Banco Nacional de Angola	1	
Instituto Nacional de Estatística	1	
Correios de Angola		**
Migração internacional		
Banco Nacional de Angola	1	
Inspecção Geral do Trabalho – MAPTSS	1	1
Serviço de Migração e Estrangeiros		**
Polícia de Guarda Fronteira		**
Instituto Nacional de Estatística	1	
Instituto Nacional de Bolsas de Estudo	1	
Serviços de Alfândegas de Angola		**
Departamento Migratório do MIREX	1	
ICAESC	1	
MINARS		**
ACNUR	1	
Ministério da Justiça e Direitos Humanos		**
Migração interna		
Arquivo de Identificação Civil	1	
Ministério do Ensino Superior		**
Ministério da Saúde		**
MINARS	1	
Instituto Nacional de Estatística	1	

** Apesar das diligências efectuadas, o pesquisador não conseguiu obter informações concretas sobre possíveis conjuntos de dados.

7.1 OS DADOS MIGRATÓRIOS GERADOS PELO SME E PGF (MIGRAÇÃO INTERNACIONAL)

O SME, em colaboração com a Polícia Guarda Fronteira, é responsável pela gestão das fronteiras angolanas em relação ao trânsito de pessoas. O SME efectua a emissão dos passaportes dos cidadãos nacionais e trata também dos processos de naturalização de cidadãos estrangeiros. Para efeitos de controlo do espaço territorial nacional, o SME, em cooperação com a Polícia de Guarda Fronteira, colige informações sobre todas as pessoas que chegam a Angola através de postos fronteiriços oficiais.

Compete ao SME a organização e gestão dos centros de detenção de estrangeiros ilegais (CDEI), o que constitui uma fonte de informação relevante sobre a migração irregular. Por outro lado, o SME recolhe diariamente dados sobre os estrangeiros alojados nos hotéis e outros locais de alojamento (boletins de alojamento).

O SME tem em curso um programa de modernização e excelência (PROMOEX) que pretende ser uma resposta integrada da instituição às necessidades de gestão de informação ao nível dos serviços e das estruturas humanas, tecnológicas e comunicacionais em que se sustenta a sua actividade. Um dos objectivos do PROMOEX é que todas as partes interessadas – Estado, utentes, fornecedores, parceiros – possam beneficiar de uma comunicação facilitada e aberta com o SME. Pretende-se também posicionar o SME como um serviço de apoio, orientado para o cidadão e aberto à sociedade.

O PROMOEX assenta em três pilares: imagem institucional, tecnologia de informação e recursos humanos.

Em relação às Tecnologias de Informação, o objectivo específico é o aumento da sustentabilidade dos sistemas de informação, garantindo mais e melhor segurança da informação arquivada ou comunicada electronicamente e assegurando a sua acessibilidade universal a todos os que dela necessitem. A fiabilidade dos fluxos de informação digitais, a segurança na produção e troca de informação em canais electrónicos e a transição da máquina administrativa para o mundo digital são passos considerados fundamentais. A hospedagem do servidor que suporta o Portal Institucional, bem como a gestão das comunicações electrónicas (e-mail) do SME em Datacenter seguro, surgem articuladas com a utilização de aplicações de detecção de Troianos, vírus, spywares, spam, entre outros e previne algumas das principais ameaças existentes online, bem como em suportes físicos, com procedimentos de encriptação de informação e de assinatura digital e com um sistema digital de arquivo que permite diferenciar níveis de permissão e cadastrar os acessos e a utilização dos documentos realizados por tipo de utilizador.

Quanto aos Recursos Humanos, visa-se aumentar o nível de competência dos seus novos colaboradores e garantir a sua capacidade e formação intelectual, para que estes se adaptem aos desafios do futuro, avaliando o seu desempenho de forma transparente e promovendo um clima de meritocracia.

7.2 OS DADOS MIGRATÓRIOS SOBRE A DIÁSPORA ANGOLANA (MIGRAÇÃO INTERNACIONAL)

Relativamente a este tipo de dados, a sua origem reporta ao registo, efectuado pelos Consulados e Embaixadas, dos cidadãos angolanos a residir no exterior. A fonte principal desta informação é o registo consular, nomeadamente o cartão consular. Em casos específicos, os serviços das representações diplomáticas angolanas têm acesso a informação adicional. O departamento Migratório do MIREX, em articulação com o ICAESC, está na origem da produção de informação estatística sobre os angolanos da diáspora (ver Anexo 4).

Estes dados são complementados por outro tipo de dados, recolhidos pelos serviços consulares angolanos, em articulação com o Serviço de Informações do Estado, sobre os angolanos que num determinado momento estão sediados noutro país: informações sobre a extensão da comunidade estudantil, bem como sobre o número de refugiados e respectiva localização.

Um exemplo concreto foi fornecido por uma comunicação, efectuada em Outubro de 2012 no Seminário sobre Revitalização da Cooperação Transfronteiriça, por um responsável do SIE em que este caracterizou a comunidade angolana residente em Kinshasa: 56 adstritos aos serviços diplomáticos, 200 estudantes, 14.241 residentes, 9.171 refugiados, 2 integrados no CIRGL e 5 integrados na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), perfazendo um total de 23.875 indivíduos.

Existe ainda informação sobre o número de cidadãos angolanos reclusos em estabelecimentos prisionais de países estrangeiros. Por exemplo, em relação à República da Namíbia existe um Acordo de Auxílio Judiciário Mútuo em matéria penal e de extradição, em vigor desde 2007, e está a ser negociado um Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas a Penas Privativas de Liberdade. No seminário já referido, um representante do Ministério da Justiça apresentou uma comunicação onde surge a referência a 94 reclusos angolanos detidos em estabelecimentos prisionais da Namíbia em 2009. Também existem acordos da mesma natureza com a República da Zâmbia, onde, em 2010, existiria um total de 37 reclusos angolanos.

O Departamento Migratório do MIREX está ainda ligado à geração de dados sobre o pessoal estrangeiro a residir em Angola, associado às funções desempenhadas nos Serviços Diplomáticos, nas Organizações Internacionais e nas ONGs. São os Serviços Consulares do MIREX quem procede à emissão de acreditação e de vistos, nomeadamente a emissão de passaportes diplomáticos, de passaportes para o pessoal administrativo associado a funções diplomáticas e de passaportes especiais que dão resposta a situações específicas.

O processo de emissão dos passaportes diplomáticos e do pessoal administrativo associado tem origem nos Serviços Consulares do país de origem, com a emissão de uma nota verbal da instituição e o preenchimento dos formulários exigidos. É também nos Serviços Consulares do MIREX que se inicia o processo inverso, de solicitação de passaportes diplomáticos ou para o pessoal administrativo relacionado, com a emissão da nota verbal a ser entregue aos Serviços Consulares do país de destino.

O Departamento Migratório do MIREX funciona em estreita articulação com o SME. Um exemplo concreto é o caso dos migrantes irregulares que vão ser repatriados, em que o SME solicita através de documento específico e o MIREX emite o respectivo salvo-conduto.

7.3 OS DADOS ESTATÍSTICOS GERADOS PELO INE (MIGRAÇÃO INTERNA E INTERNACIONAL)

Com a realização do Inquérito ao Bem Estar da População 2008/2009, o Instituto Nacional de Estatística começou a incluir na sua prática a recolha de informação estatística sobre os movimentos migratórios. O IBEP permitiu a obtenção de indicadores actualizados, relativos a variáveis demográficas, económicas e sociais que permitem uma melhor compreensão das condições de vida dos agregados familiares angolanos (ver Anexo 4). Contemplou igualmente a

recolha de informação relacionada com a mobilidade interna e externa dos cidadãos angolanos, ou seja, com os movimentos migratórios. O inquérito recolheu dados sobre fluxos migratórios entre as diferentes províncias e os factores que mais influenciaram a deslocação espacial das pessoas. O IBEP considerou quatro questões para avaliar o fenómeno migratório: lugar de residência actual, lugar de nascimento, lugar de residência antes de 1975 e lugar de residência depois de 2002. As questões sobre o lugar de residência actual e de nascimento permitem estimar a chamada migração de toda a vida.

No IBEP o foco da análise recaiu sobre a migração definitiva, tendo sido ignorados movimentos de população temporários ou sazonais importantes, que são também determinantes cruciais da estrutura e composição da população. A recolha de informação efectuada alicerçou-se sobre uma grelha analítica que identifica, em termos migratórios, quatro momentos históricos cruciais: (i) antes da independência nacional em 1975; (ii) entre a independência e as primeiras eleições gerais em 1992; (iii) após as eleições em 1992 e antes do acordo de paz em 2002, e (iv) após o acordo de paz.

No Censo que actualmente está em curso, o INE inclui no seu questionário, no módulo do indivíduo, a secção V, relativa à recolha de dados sobre as migrações (ver Anexo 5). Foram incluídas 5 questões, sobre o local de nascimento, sobre o período em que veio viver para Angola, sobre a nacionalidade, sobre o local onde vivia em 2011 e sobre o local onde vivia em 2007. Toda a informação é recolhida no sentido da sua desagregação por país, província e município.

O INE procede ainda à publicação, no seu Anuário de Estatísticas Sociais, de dados estatísticos que lhe são fornecidos pelo Serviço de Migração e Estrangeiros do Ministério do Interior sobre a população estrangeira residente em Angola, portadora de vistos de trabalho e de autorização de residência, desagregada por países de origem.

7.4 OS DADOS ESTATÍSTICOS GERADOS PELO MAPTSS (MIGRAÇÃO LABORAL)

Com origem no MAPTSS, são gerados dados sobre os trabalhadores estrangeiros a exercerem actividade laboral regular em Angola. Todas as instituições empregadoras que exercem actividade em Angola, excepto as que gozam de regimes especiais estabelecidos por lei, estão obrigadas a fornecer com a periodicidade determinada pelo Decreto nº5/95, de 7 de Abril, e pelo Decreto nº6/01 de 19 de Janeiro, uma Relação Nominal dos Trabalhadores Estrangeiros, onde constam os seguintes dados: nome, profissão, habilitações, especialidade, remuneração auferida, data da admissão, duração da entrada, data de autorização da entrada, país de origem e entidade emissora do visto (ver Anexo 4). Esta informação é certificada pela Inspeção Geral do Trabalho, que procede ao seu tratamento, classificação e análise e que a incorpora em relatórios internos. A IGT obtém também informação, com base nos processos e procedimentos regulares da actividade inspectiva laboral, sobre a presença de migrantes irregulares a exercerem actividade laboral em instituições e empresas a operar no território angolano. Essa informação é também preparada e integrada no relatório anual de actividades da IGT. Está em fase de criação, por uma empresa especializada, uma base de dados sobre Inspeção de Trabalho, que irá integrar dados relativos ao cadastro das empresas e ao registo de irregularidades e acidentes de trabalho, entre outras informações. Tal base de dados, a ser instalada com equipamentos CISCO/IBM e com software ORACLE, será dotada de todos os procedimentos que assegurem a segurança, inviolabilidade e confidencialidade dos dados.

7.5 OS DADOS SOBRE AS REMESSAS DE MIGRANTES

É ao BNA que compete a centralização, tratamento e análise deste tipo de informação. O Aviso nº 03/2011, de 2 de Junho, emitido pelo Gabinete do Governador, que regula a prestação do serviço de remessas de valores, e a Directiva nº 06/DSI/2012, de 24 de Agosto, com origem no Departamento de Supervisão Prudencial das Instituições Financeiras, sobre a prestação de serviços de Pagamentos, estabelecem as regras que as instituições financeiras e não financeiras autorizadas devem cumprir, fornecendo diariamente ao BNA uma mapa-resumo das operações realizadas e reportando os pagamentos recebidos e enviados de forma detalhada. A informação requerida solicita a identificação do ordenante, documentação de identificação, o número de remessas, o montante em moeda estrangeira, o equivalente em Kwanzas e o valor das comissões (ver Anexo 5). A informação requerida deve integrar o resumo das remessas recebidas e o resumo das remessas enviadas, por ordenante, por agência e por país. Apesar da sua recolha já estar a ser efectuada regularmente, estes dados não estão ainda a ser publicados, a não ser na informação mais agregada que surge disponibilizada nas estatísticas sobre a Balança de Pagamentos, onde surge diluída na rubrica Transferências Correntes.

7.6 OS DADOS SOBRE REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO - ACNUR (MIGRAÇÃO INTERNACIONAL)

Os requerentes de asilo e de estatuto de refugiados são os tipos de migrantes relacionados com o mandato do ACNUR. O ACNUR manuseia dados que lhe são fornecidos pelo SME e que resultam das fontes internas de recolha de informação. A instituição publica relatórios anuais e outras publicações específicas nas quais disponibiliza os dados relativos aos requerentes de asilo e aos refugiados em contexto angolano.

Angola acolhe mais de 20 mil requerentes de asilo e refugiados, incluindo cerca de 12.000 oriundos da República Democrática do Congo (RDC). Em 2012, o Governo iniciou um programa de registo de todos os refugiados, a fim de proporcionar-lhes documentos de identidade. O ACNUR irá trabalhar com o Governo de Angola para reforçar a legislação nacional sobre refugiados e a capacidade de determinação do estatuto destes. Também irá fornecer assistência jurídica e psicossocial a refugiados e requerentes de asilo (ACNUR, 2013).

8. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

Mais do que insuficiência de dados sobre migrações, constatou-se a existência de lacunas mais significativas ao nível do processamento, análise, partilha e disseminação da informação, o que inviabiliza a existência de um sistema de informação sobre migrações abrangente e articulado. Em algumas das instituições verificou-se não existir a prática regular de actualização da informação. As migrações internas, as migrações irregulares e o tráfico de seres humanos constituem as áreas mais deficitárias no que se refere aos dados sobre migrações em Angola.

8.1 ACESSIBILIDADE DOS DADOS

Regra geral, os dados brutos não estão disponíveis para usuários externos às instituições. Das instituições entrevistadas apenas o INE funciona no quadro de legislação específica e está vinculado a protocolos específicos em matéria de segurança e confidencialidade de dados. Um exemplo concreto diz respeito à base de dados do IBEP 2008/2009, que, de acordo com os responsáveis da Instituição, irá estar disponível para uso assim que se conclua o processo de anonimização dos dados. É possível apresentar pedidos de dados aos responsáveis de departamento, que podem autorizá-los ou não. O problema é que os responsáveis de departamento não gozam de autonomia nesse tipo de decisões, ou estão ainda muito imbuídos de uma cultura e de práticas sociais associadas à confidencialidade da informação e à não tomada de quaisquer tipos de decisão sem autorização superior, o que determina a necessidade de autorização do responsável ministerial e torna o processo, o mais das vezes, muito burocrático e muito lento. Os dados processados (relatórios) estão também poucas vezes disponíveis. Na maior parte das instituições trata-se de relatórios para uso interno. Das instituições entrevistadas, apenas o INE e o BNA apresentam os dados sobre migrações, mas regra geral inseridos em documentos de carácter mais geral.

O nível de desagregação dos dados é variável, dependendo dos objectivos que a análise da informação exige.

Quer no caso dos dados de carácter administrativo quer no caso dos dados estatísticos, a informação recolhida aponta, em termos gerais, para a existência de práticas de actualização regular da informação.

No que se refere aos dados referentes às migrações, apenas o INE e o BNA disponibilizam nos respectivos sítios de internet alguma informação (o relatório do IBEP 2008/2009 e os dados relativos à Balança de Pagamentos)

Uma outra forma de acesso aos dados é a que resulta de comunicações ou apresentações efectuadas em conferências, seminários ou workshops por representantes institucionais, ou ainda a informação veiculada através dos media.

Recorrendo à combinação dos diferentes procedimentos, é possível reunir-se alguma informação sobre migrações, como a que resulta das amostras que conseguimos recolher e que são apresentadas no Anexo 4.

8.2 ARMAZENAMENTO, PROCESSAMENTO E GESTÃO DOS DADOS

Na maioria das organizações, os dados são recolhidos através de formulários, sendo sujeitos a processos de verificação antes do seu processamento. No caso do MAPTSS, as actas de inspecção constituem um instrumento adicional para a recolha de informação.

Das instituições que responderam ao questionário, no caso do Instituto Nacional de Estatística a inserção e o armazenamento de dados são efectuados utilizando pacotes de software estatístico (SPSS). No caso do MAPTSS, o processo desenrola-se com recurso a um Sistema de Gestão de Base de Dados ORACLE enquanto o ICAESC recorre ao MS-Excel para a inserção e armazenamento dos dados.

Quanto ao armazenamento de dados e *backup*, o INE faz *backups* diários de dados em discos diferentes. No caso das outras organizações não foi possível aceder a essa informação.

8.3 RECURSOS

8.3.1 Recursos informáticos

Todas as instituições utilizam sistemas operacionais da Microsoft para estações de trabalho (Windows 98, Windows XP, Windows 7 e Windows Vista) e servidores (Windows Server).

Algumas delas, como o MAPTSS e o INE, utilizam bases de dados específicas (Oracle) ou pacotes de software estatístico (SPSS).

Todas as instituições usam o MS Office nas suas estações de trabalho, designadamente a sua versão de escritório.

8.3.2 Recursos humanos

Nas três instituições que responderam a esta parte do questionário, constatou-se que o pessoal responsável pela assistência técnica em matéria de TI possui qualificações adequadas.

A generalidade dos funcionários de TI com um papel de relevo na gestão das bases de dados (que não seja a inserção de dados) têm formação superior.

O INE é a única instituição que tem pessoal qualificado em tratamento e análise da informação e na produção de relatórios.

Em nenhuma das instituições entrevistadas existe pessoal com qualificação específica na área das migrações. No caso do ICAESC, apenas os funcionários dos serviços consulares têm formação específica, orientada para a área consular. Geralmente, os funcionários afectos pelas organizações à inserção e processamento dos dados não possuem formação específica, acabando por realizar a sua aprendizagem e formação no desempenho das próprias funções.

8.4 ARTICULAÇÃO E PARTILHA DE DADOS

No contexto angolano, o SME é a instituição em torno da qual gira toda a informação produzida sobre migrações. O SME recebe informação da PGF, mantendo também uma estreita articulação com o ICAESC e com o MIREX, nomeadamente com o Departamento Migratório deste último, no que respeita às situações de repatriamento de migrantes. Por outro lado, funciona também em articulação com o Departamento de Inspeção do MAPTSS, de quem recebe informação relativa aos migrantes laborais em situação de irregularidade. O SME funciona ainda em articulação com o ACNUR e o COREDA (Comité de Reconhecimento dos Direitos de Asilo) no que respeita aos processos de pedido de asilo e de concessão do estatuto de refugiado. O SME fornece relatórios com informação classificada e agregada sobre migrações ao INE. O MIREX funciona em articulação com o Ministério da Justiça no que respeita aos casos de extradição ou de transferência de reclusos com penas privativas de liberdade.

8.5 PRINCIPAIS INSUFICIÊNCIAS DETECTADAS

8.5.1 Em relação ao tipo de dados

No contexto angolano, regista-se uma reduzida disponibilidade de dados relativos às migrações internas, quando comparados com os dados existentes sobre migrações internacionais. Num país que foi fortemente afectado por deslocamentos forçados na fase do conflito militar e que atravessa uma fase de grande intensidade de fluxos migratórios laborais e de população à procura de melhores condições de vida, trata-se de uma lacuna relevante no que se refere à formulação de políticas de desenvolvimento do território, de desenvolvimento local, de redução das assimetrias regionais, etc. A informação sobre a migração irregular e sobre tráfico humano, para além de escassa, parece não estar suficientemente sistematizada.

8.5.2 Em relação à análise dos dados

Constatou-se, a partir da informação coligida, que os dados existentes nem sempre são analisados e reportados com a finalidade de poderem ser utilizados por outros utilizadores. A maior parte dos relatórios são apenas utilizados para consumo interno, não sendo disseminados mas apenas direccionados aos órgãos de tutela. Apenas o SME elabora periodicamente um relatório, com informação estatística que é parcialmente disponibilizada ao INE – instituição que, pela sua natureza, é a que realiza mais actividade no domínio da análise dos dados e respectiva apresentação sob a forma de relatórios. A informação recolhida sugere também que a qualidade dos relatórios produzidos para uso interno das organizações nem sempre é a mais adequada.

8.5.3 Em relação ao controlo de qualidade e actualização dos dados

Apenas o INE assume ter procedimentos de controlo de qualidade dos dados após a sua introdução. Regra geral, o controlo de qualidade dos dados é feito antes ou no momento da inserção dos dados a partir dos formulários em papel, verificando a sua consistência e integridade. Em relação à prática de actualizações periódicas dos dados, a informação recolhida aponta no sentido de ser uma regra geral, ainda que tenham sido referidas situações inversas.

8.5.4 Em relação aos recursos

Em relação à infra-estrutura de TI, algumas das organizações possuem sistemas apetrechados com equipamentos modernos e desenhados e monitorados por técnicos especializados. São os casos do INE, do SME ou do MAPTSS. No entanto, algumas outras confrontam-se com alguma escassez de material informático e, em menor grau, utilizam equipamentos antigos e software também pouco actualizado.

Quanto aos recursos humanos, existe uma preocupação geral com a formação, principalmente num domínio onde a desactualização de tecnologias se processa com elevada rapidez.

As insuficiências mais expressivas são as que estão relacionadas com os procedimentos de recolha, inserção análise e reporte de dados, bem como a falta de preparação específica do pessoal em temáticas como as migrações e a articulação entre migrações e desenvolvimento.

8.5.5 Em relação à articulação e partilha de dados

Existe algum nível de articulação entre a actividade das principais instituições, por força do papel charneira desempenhado pelo SME. No entanto, o nível de integração e de cooperação entre as instituições ao nível da produção de dados, da sua administração, do seu tratamento e análise e da sua partilha é ainda insuficiente.

Existe também alguma partilha de dados, a que já fizemos referência, como a que se processa entre o MAPTSS e o SME, entre o SME e o Departamento Migratório do MIREX ou entre o SME e o INE. Porém, a extensão e a regularidade com que essa partilha se processa ainda estão longe de ser suficientes e este défice é ainda mais significativo no que se refere à relação entre os departamentos governamentais e os actores não estatais, nomeadamente as organizações internacionais e as ONGs. Por outro lado, foi possível constatar que os dados sobre migrações só muito raramente terão servido como informação de suporte para os decisores em matéria de políticas públicas, de que foi exemplo a actuação do MINARS no programa de repatriamento e reintegração dos angolanos refugiados nos países limítrofes.

Por outro lado, com excepção do INE, nenhuma das instituições entrevistadas possui um quadro regulamentar definido que permita disponibilizar dados sem pôr em causa a sua segurança e confidencialidade. A par das práticas culturais institucionais a que já fizemos referência, isto constitui um obstáculo adicional à partilha e difusão da informação.

9. CONCLUSÕES

Os fluxos migratórios, internacionais e internos, constituíram, nos últimos 20 anos, uma das mais importantes características da sociedade angolana. Esta forte dinâmica migratória processou-se de forma não planeada e a sua gestão assumiu um carácter pontual e residual no âmbito da intervenção governativa. A inexistência de orientações políticas específicas focadas na gestão das migrações limitou fortemente o seu impacto positivo no desenvolvimento e na sociedade dos países envolvidos no processo migratório.

A relevância do conhecimento, tão alargado e fiável quanto possível, dos fluxos migratórios que envolvem o Estado angolano, bem como da capacidade e das vantagens de os gerir, resulta, na nossa perspectiva, de diferentes dimensões

- A colocação do fenómeno migratório, cujo volume e características têm vindo a ser incrementados e alterados no contexto da aceleração do processo de globalização, no foco da agenda política do Estado Angolano, emerge como indispensável, nomeadamente numa fase em que a economia angolana, em virtude do seu crescimento, se constitui como crescente pólo de atracção para os migrantes – entre outras razões, porque a instabilidade política e a degradação ambiental nos países vizinhos são factores geradores de migração – e em que, simultaneamente, urge a necessidade de se transformar esse potencial de crescimento num processo orientado para a redução da pobreza, para a redução das desigualdades (económicas, sociais, provinciais) e para a promoção do desenvolvimento sustentável;
- O conhecimento da natureza, das características e das tendências dos fluxos migratórios que envolvem o Estado e os cidadãos angolanos é um aspeto fundamental para que possam ser formuladas políticas públicas, nas diversas áreas, adequadas e com probabilidades de sucesso;

Se as remessas dos emigrantes angolanos no estrangeiro e o seu encaminhamento para os processos de investimento nacional, provincial e local, e se uma maior participação dos angolanos da diápora no desenvolvimento do país, através de processos de transferências de conhecimento, de tecnologia, de métodos de trabalho e de práticas de empreendedorismo e inovação podem constituir factores impulsionadores do desenvolvimento angolano, a mobilidade dos angolanos a nível interno, que se tem vindo a acentuar após o acesso à paz em 2002 (e que tem, por exemplo, importantes repercussões na estrutura e nas dinâmicas do mercado laboral) constitui uma tendência à qual os decisores deverão estar atentos e que deverá ser mobilizada em proveito de uma estratégia de desenvolvimento nacional orientada para a redução das desigualdades administrativo-espaciais (Luanda versus outras províncias; litoral versus interior), bem como para a minimização das desigualdades económicas e sociais e do acentuado diferencial de acesso às oportunidades.

No caso angolano, emergem como constatações igualmente significativas a escassez de dados sobre migrações, nomeadamente sobre as migrações internas, e algumas insuficiências na articulação institucional entre as instituições governamentais e os actores não governamentais que são parte interessada na temática das migrações. Não existe uma Estratégia Nacional para as Migrações, nem sequer uma política integrada orientada para a gestão dos fluxos migratórios. Acresce que também se regista um défice na forma como a agenda das migrações tem vindo a ser integrada na definição da generalidade das políticas públicas e na estratégia nacional de desenvolvimento, o que pressupõe uma maior atenção, um melhor conhecimento e uma mais adequada compreensão das relações sinérgicas existentes entre as migrações internas, as migrações internacionais e o desenvolvimento. Naturalmente, não devem também ser esquecidas as implicações que a gestão (ou a falta de gestão) dos fluxos migratórios induzem no plano da segurança do Estado, da segurança dos cidadãos e dos migrantes, da protecção aos direitos humanos, das relações comerciais ou do acesso a recursos financeiros.

Neste último plano, coloca-se especialmente a questão dos angolanos que estiveram refugiados, nomeadamente nos países vizinhos, e que retornaram ao país no quadro de processos de repatriamento e de reintegração económica e social nas comunidades de origem. Aproximadamente 450.000 angolanos refugiados regressaram ao país desde 2003 (ACNUR, 2011), com apoio do Governo Angolano, dos Estados de acolhimento e de organizações como o MINARS, a OIM e o UNHCR. É de crucial importância que seja efectuada uma avaliação do grau de sucesso da componente de reintegração económica e social, até porque em alguns dos países limítrofes permanece ainda muita população de origem angolana. Acresce que as mulheres, as crianças e os jovens constituem partes significativas deste universo, tornando ainda mais premente a necessidade de perspetivar a sua reintegração numa lógica de sustentabilidade.

Finalmente, é ainda de referir a questão das migrações internas, sobre cujo volume não existem dados precisos. Das deslocções internas forçadas pelo conflito, em relação à capital e a outros centros urbanos, às motivações actuais, caracterizadas pela busca de oportunidades de participação em negócios, de emprego produtivo e de mobilidade social, emergiu um conjunto de factores que explica porque, nos últimos anos, a mobilidade humana em Angola conheceu um crescimento significativo. E se mudaram os padrões e as motivações da migração, os deslocados internos, a par dos novos migrantes internos, continuam a apresentar níveis elevados de vulnerabilidade e de pobreza urbana, bem como dificuldades generalizadas no acesso aos serviços sociais básicos.

10. RECOMENDAÇÕES

No sentido de procurar superar as principais insuficiências detectadas, apresentamos as seguintes Recomendações, orientadas para fortalecer os processos e procedimentos relacionados com os dados sobre as migrações, para apostar na advocacia e na informação sobre o papel dos migrantes no desenvolvimento do país e para a inclusão da variável migrações como input essencial para a elaboração da estratégia e das políticas nacionais de desenvolvimento:

1. Promoção de iniciativas (seminários, workshops, etc.) que promovam a capacitação dos representantes institucionais de todas as organizações, governamentais e não-governamentais, relacionadas com a temática das migrações e desenvolvimento e em particular com a problemática dos conceitos e dos indicadores relevantes sobre migrações;
2. Elaboração pelo INE de um relatório anual sobre migrações, com base nos dados actualmente disponíveis no contexto angolano. Este relatório poderá ser integrado no, ou beneficiar das sinergias resultantes do Projecto de Dados sobre Migrações na CPLP, em que o INE está envolvido;
3. Promoção de iniciativas de advocacia junto das universidades e institutos politécnicos e dos respectivos centros de investigação no sentido da inclusão de uma unidade curricular sobre migrações nos seus planos de curso e na sua carteira de projectos de investigação;
4. Institucionalização do Comité Consultivo Nacional sobre as Migrações, com funções de coordenação institucional e de produção analítica, com o objectivo de fornecer subsídios, em termos de finalidades e prioridades, à elaboração de uma estratégia nacional sobre migrações orientada para o desenvolvimento;
5. Elaboração de um manual sobre Migrações e Desenvolvimento, sob a orientação do referido Comité Nacional sobre as Migrações;
6. Inclusão de módulos sobre Migrações e Desenvolvimento, sobre Análise Estatística de Dados e sobre Métodos de Recolha, Registo e Inserção de Dados nas ações de capacitação do pessoal das organizações governamentais cuja actividade está directamente relacionada com as migrações;
7. Desenvolvimento, nas instituições associadas à temática das migrações, de regulamentos e procedimentos internos de agregação, classificação, categorização e protecção de dados, no sentido de os tornar disponíveis a diferentes tipos de utilizadores;
8. Formalização de uma lista de indicadores de Migração e Desenvolvimento para uso pelas instituições envolvidas na produção de dados sobre as Migrações. Esta lista de indicadores deverá ter em conta a necessidade de harmonizar os procedimentos de recolha e tratamento dos dados sobre as migrações com as normas definidas pela SADC, numa lógica de contribuição para o aprofundamento da integração regional;
9. Criação, sob a responsabilidade do Comité Consultivo Nacional sobre as Migrações, de uma Base de Dados Integrada sobre Migrações e de uma plataforma web dedicada à partilha e difusão dos dados;
10. Actualização, em função dos orçamentos disponíveis, da infraestrutura TI dos departamentos afetos ao tratamento da temática das migrações;

I I. BIBLIOGRAFIA

Abreu, A.

- 2004 Migrações e desenvolvimento: alguns comentários críticos, SOCIUS Working Papers nº 6, ISEG-UTL.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

- 2008 Angola. UNHCR Global Report 2007, disponível em <http://www.unhcr.org/484903252.html>.
 2010 Angola. UNHCR Global Report 2009, disponível em <http://www.unhcr.org/484903252.html>.
 2011 Angola. UNHCR Global Report 2010, disponível em <http://www.unhcr.org/4dfdbf4cb.html>.
 2011 Global Trends, 2011, disponível em <http://www.unhcr.org/4fd6f87f9.html>.
 2013 ACNUR perfil operações regionais - África do Sul, disponível em <http://www.unhcr.org/4a03e30d6.html>.

Almeida Martins, V.

- 2010 Resumo Geral sobre Tendências de Migração Sul-Sul e de Desenvolvimento e Necessidades de Investigação em Angola. Observatório ACP das Migrações/OIM. <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/AngolaFIN.pdf>.

Ammassari, S.

- 2005 Migration and Development: New Strategic Outlooks and Practical Ways Forward. The Cases of Angola and Zambia, IOM Migration Research Series, nº 21, IOM.

Chappell, L. e D. Sriskandarajah

- 2007 Mapping the development impacts of migration. Development on the Move, Working Paper 1, Global Network Development.

Deshingkar, P. e S. Grimm

- 2005 Internal Migration and Development: a global perspective”, IOM Migration Research Series, nº 19, IOM.

Governo de Angola

- 2005 Estratégia de Combate à Pobreza, Ministério do Planeamento, disponível em <http://mirror.undp.org/angola/linkrtf/ecp-angola2005.pdf>.
 2009 Programa de Governo 2009-2013, disponível em http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CC8QFjAB&url=http%3A%2F%2Fmirror.undp.org%2Fangola%2FLinkRtf%2FPrograma-GovernoAO-2009.ppt&ei=_Zp0T7PROefH0QXm6_D1Dw&usq=AFQjCNH1ewPjsZdd_IWgVZxwly1vtxYT_Nw&sig2=N99IOXCsQw-C8aQtrQNLvw.

IDMC – Norwegian Refugee Council’s Internal Displacement Monitoring Centre

- 2007 Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2006, relatório disponível em [www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/9251510E3E5B6FC3C12572BF0029C267/\\$file/Global_Overview_2006.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/9251510E3E5B6FC3C12572BF0029C267/$file/Global_Overview_2006.pdf).
 2011 Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2010, relatório disponível em www.internal-displacement.org/publications/global-overview-2010.

Melde, S. e J. Schicklinski

- 2011 Remittances in the African, Caribbean and Pacific Countries. Background Note No. 2, ACP Observatory on Migration/IOM, 2011, www.acpmigration-obs.org/node/80.

Nyberg-Sorensen, Van Hear e Engberg-Pedersen

- 2002 The Migration-Development Nexus. Evidence and Policy Options, IOM Migration Research Series, nº 8, IOM.

Lopes, C.M., C.U. Rodrigues e G. Simas

- 2013 Migração Interna, Urbanização e Saúde em Angola. Observatório ACP para as Migrações/OIM. <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/Angola%20Migracao%20Interna.pdf>.

Melo, A.

- 2013 A integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola. Observatório ACP das Migrações/OIM. <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/Angola%20Return%20Res%20Reps2.pdf>.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

- 2010a Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa.
- 2010b Avaliação da USAID das Populações Móveis, Relatório Nacional, Angola, OIM.
- 2011a Glossário da migração, 2ª edição, IML N.º25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>.
- 2011b Guide to enhancing migration data in West and Central Africa.
- 2012 Facts and Figures – Angola, disponível em www.iom.int/jahia/Jahia/angola.

Peixoto, J.

- 2004 “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, SOCIUS Working Papers, nº 11, ISEG.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

- 2009 Relatório do Desenvolvimento Humano 2009, Superando barreiras: Mobilidade Humana e Desenvolvimento, http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf.

Rocha, J. A.

- 2010 Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola: os factores de competitividade territorial, CEIC, Universidade Católica de Angola.

12. ANEXOS

Anexo 1: Avaliação das capacidades de gestão de dados sobre migrações em Angola

Termos de Referência

1. Antecedentes e Justificação

O Observatório da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) é uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações e com o apoio financeiro da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento, do UNFPA e da Suíça. O Observatório ACP das Migrações funciona como uma rede de centros de investigação nas seis regiões ACP (África Ocidental, África Central, África Oriental, África Austral, Caraíbas e Pacífico) e produz dados sobre as migrações ACP para o migrantes, a sociedade civil, os investigadores e os decisores políticos para a melhoria da situação dos migrantes e o reforço da relação migração-desenvolvimento.

Apesar do reconhecimento crescente da importância da migração internacional e dos seus impactos nos migrantes e nas sociedades, os dados mais básicos sobre migrações permanecem indisponíveis ou desatualizados. Aproveitar os impactos positivos da migração e reduzir os seus custos depende da existência desses dados, exigidos pelos decisores políticos para o desenvolvimento de políticas e estratégias de gestão das migrações e desenvolvimento baseadas na realidade. Actualmente, os decisores políticos têm frequentemente um acesso limitado às informações e aos dados necessários para a planificação de políticas.

Muitos países confrontam-se com a ausência ou a inacessibilidade de dados detalhados, comparáveis e desagregados sobre as migrações. Se os dados existem, não são partilhados entre as partes interessadas. As diferentes instituições num país podem não partilhar dados ou não recolher dados de forma compatível, o que complica a análise. A propriedade dos dados pode ser centralizada e a partilha de dados pode ser limitada. Além disso, podem existir lacunas nas capacidades de gestão de dados em termos de perícia, hardware e activos de software, procedimentos e legislação.

Para melhorar a disponibilidade de dados sobre migrações nos países ACP, o Observatório ACP das Migrações planeja lançar uma avaliação das capacidades existentes de gestão de dados sobre migrações nos 12 países piloto (Angola, Camarões, Haiti, Lesoto, Nigéria, Papua Nova Guiné, Quênia, República Democrática do Congo, Senegal, Tanzânia, Timor-Leste e Trinidad e Tobago) para fornecer recomendações concretas aos decisores governamentais.

O Observatório ACP das Migrações trabalha com Pontos focais em cada país piloto para coordenar as atividades com os Comitês Consultivos nacionais (CCN). Os Pontos focais acordaram a avaliação das capacidades de gestão de dados com os membros do CCN e empreenderam o recrutamento de um Especialista em dados sobre migrações. Em vários países piloto, especialistas de instituições-chave formaram um Grupo de Trabalho sobre Dados migratórios para aconselhar e apoiar o trabalho do Especialista, facilitar o acesso à informação necessária e fornecer comentários sobre o progresso da avaliação.

2. Objectivo Geral

Melhorar os dados sobre migrações através do desenvolvimento das capacidades dos Governos de recolha, armazenamento, partilha, análise e gestão de dados.

Objetivos Específicos

A avaliação visa a:

- Avaliar a situação actual de gestão de dados sobre migrações;
- Identificar lacunas e necessidades;
- Fazer recomendações concretas para os Governos a este respeito.

Actividades

O Especialista realizará uma avaliação de seis semanas das capacidades de gestão de dados, incluindo:

- Avaliação da situação actual;
- Identificação de lacunas e necessidades;
- Estabelecimento de recomendações concretas para o Governo.

Em coordenação com o Observatório ACP das Migrações, o Especialista preparará ferramentas de pesquisa adaptadas para coletar a informação necessária. As ferramentas incluirão tabelas e questionários.

O Consultor identificará e analisará os relatórios existentes sobre dados migratórios, os protocolos relativos aos dados, os procedimentos, os estudos, os documentos de pesquisa e os documentos administrativos e legais.

O Consultor irá consultar com partes interessadas e especialistas, visitará pontos de recolha e armazenamento de dados e recolherá amostras de dados.

Os temas seguintes de recolha, armazenamento, partilha e gestão de dados deverão ser avaliados:

- Disponibilidade e qualidade dos dados sobre migrações, incluindo uma avaliação de pontos fortes e fracos, um inventário de todos os dados sobre migrações e a coleta de amostras de dados das instituições pertinentes;
- Recursos humanos, perícia e competência;
- Ativos de hardware e software;
- Procedimentos e legislação de recolha, armazenamento, partilha e análise de dados sobre migrações;
- Instituições, departamentos, autoridades e o seu papel na recolha, o processamento, o armazenamento, a autorização, a autoria e a partilha de dados com instituições no país, no estrangeiro e com organizações regionais.

O Consultor trabalhará em coordenação com o Ponto focal do Observatório ACP das Migrações e com o Grupo de trabalho sobre Dados migratórios. O Consultor compartilhará relatórios de progresso semanais com o Ponto focal e os comentários irão ser integrados na avaliação.

O relatório final irá ser compartilhado com o Ponto focal do Observatório ACP das Migrações e com os membros do Grupo de trabalho sobre Dados migratórios. Os comentários e as recomendações serão integrados no relatório final.

Os resultados finais serão apresentados aos parceiros do Governo para a sua validação. Se for possível, estes comentários também serão incorporados no relatório.

3. Resultados esperados

- Um relatório final para os parceiros do Governo, com a avaliação da situação actual de gestão de dados migratórios, a identificação de lacunas e necessidades e o estabelecimento de recomendações (a curto e longo prazo). O relatório incluirá uma descrição dos passos necessários para melhorar os dados migratórios ao nível nacional para apoiar o Governo no desenvolvimento futuro de um Plano de gestão de dados sobre as migrações.
- O relatório incluirá Anexos em formato Excel com metadados dos resultados do estudo, incluindo o seguinte:
 - Inventário, descrição e avaliação de todos os dados existentes sobre as migrações, a sua qualidade, formato, etc. e lacunas;
 - Lista, descrição e avaliação das instituições interessadas, o seu papel e as suas responsabilidades;
 - Lista, descrição e avaliação dos recursos humanos responsáveis do processamento, o armazenamento, a autorização, a autoria e a partilha de dados, com descrição do seu papel, as suas responsabilidades, qualificações, competências, lacunas e necessidades;
 - Inventário, descrição e avaliação da infra-estrutura TIC (hardware e software) disponível para a gestão de dados e necessidades a curto e longo prazo;
 - Inventário, descrição e avaliação dos procedimentos e da legislação relativa à recolha, ao processamento, ao armazenamento, à segurança e à partilha dos dados;
 - Lista, descrição e avaliação dos documentos de pesquisa disponíveis relativos às migrações.
- Amostras de dados migratórios no formato disponível (dados brutos, relatórios, arquivos);
- Apresentação dos resultados aos parceiros do Governo.

4. Prazos Previstos

A consultoria vai durar seis semanas (30 dias de trabalho), organizadas segundo o calendário seguinte:

Data	Produtos
Semana 1	Desenvolvimento de ferramentas e do plano de trabalho, incluindo a lista de instituições, departamentos e pessoas a ser consultadas – Revisão pelo Ponto focal
Semana 2	Entrevistas, visitas e primeiro relatório apresentado para comentários do Ponto focal e do Grupo de trabalho

Data	Produtos
Semana 3	Entrevistas, visitas e trabalho sobre o relatório
Semana 4	Primeira versão do relatório final preparada e submetida
Semana 5	Revisão do relatório final pelo Ponto focal e o Grupo de trabalho e recepção de comentários
Semana 6	Incorporação de sugestões e apresentação dos resultados aos parceiros do Governo para validação – incorporação de comentários se possível
Ao longo da consultoria	Participação em reuniões/eventos com partes interessadas e/ou apresentação de resultados, se apropriado

Qualificações desejáveis

SOMENTE SERÃO CONSIDERADOS OS CANDIDATOS QUE RESIDEM EM ANGOLA

Educação: Formação universitária em estatísticas, sistemas de informação, bases de dados e gestão de dados, economia, sociologia, geografia. Formação num tema relacionado com migrações e desenvolvimento valorizada.

Experiência: Mínimo de três anos de experiência pertinente na recolha, o processamento ou a gestão de dados sobre migrações e desenvolvimento;

Competências técnicas: Excelente conhecimento de ferramentas de informática, de sistemas de gestão de bancos de dados relacionais e de software de análise estatístico. Conhecimento de procedimentos de recolha, armazenamento, segurança e partilha de dados é essencial.

Profissionalismo: Mostrar competências e consciência profissionais e eficiência para cumprir compromissos e prazos e atingir resultados; Mostrar persistência em face dos desafios e permanecer calmo/a em situações tensas

Planeamento e organização: Capacidade de trabalhar com prazos definidos e de desenvolver objectivos relacionados com as estratégias adequadas; Capacidade de identificar atividades prioritárias, de ajustar as prioridades se preciso; Alocar tempo e recursos para completar o trabalho; Prever riscos e contingências no planeamento e ajustar os planos e as atividades se preciso; Utilizar o tempo de forma eficiente;

Competências pessoais/interpessoais: Excelentes competências de comunicação; Falar e escrever de maneira clara e eficaz; Mostrar interesse pela comunicação bidirecional; Motivação por atingir resultados; Capacidade de trabalhar de maneira eficiente com colegas de culturas diferentes.

Idioma(s): É preciso um conhecimento aprofundado do português.

Processo de candidatura

Para se candidatar a esta posição, por favor envie a sua carta de motivação, o seu CV e uma proposta breve (incluindo os custos da consultoria e a sua disponibilidade) para acpobsbc@iom.int antes do 12 de Setembro de 2012.

Anexo 2: Lista das instituições contactadas

Instituição	Solicitação de contacto	Data da entrevista	Questionário		Representante institucional e funções
			Entregue	Preenchido	
ACNUR	Carta		X		Ilaria Siggia Oficial de Serviços Comunitários
Banco Nacional de Angola	Carta Email Telefone		X		Denise Madureira Departamento de Supervisão Prudencial das Instituições Financeiras
Banco Africano de Desenvolvimento	Email Telefone		X		Felisberto Mateus, Economista sénior
Banco Mundial	Carta Email Telefone	6/2/2013	X		Ana Carvalho, Oficial de Programa
CEIC-UCAN	Carta	22/11/2012	X		Regina Santos, Investigadora
CEPP-UAN	Carta	10/12/2012	X		Jacob Massuanganhe, Director
DM-MIREX	Carta Email Telefone				Filomena António, Directora Departamento Migratório
FMI	Carta Email Telefone		X		Oswaldo João, Economista Senior
FNUAP /UNFPA	Carta		X	X	Eduardo Juarez
ICAESC – MIREX	Carta		X	X	João Pessela, Director Geral Adjunto
INE	Carta	23-01-13	X	X	Directora Adjunta, Ana Machado
MAPTSS – IGT	Carta Email Telefone		X	X	Nzinga Ngola, Responsável do Departamento de Inspeção
MINARS	Carta Email Telefone		X		Alfredo Leite
MININT	Carta Email Telefone		X		Pembele, Director G
OIM- Angola			X	X	Lerena Pinto, Coordenadora Nacional de Projectos Ponto focal Observatório ACP das Migrações
SME	Carta		X		
PGF	Carta		X		

Anexo 3: Instrumentos de recolha de informação**Avaliação das capacidades de gestão de dados sobre migrações em Angola****Guião para as entrevistas aos responsáveis institucionais**

- 1) Nome
- 2) Instituição
- 3) Posição/posto
- 4) Relação da instituição com a problemática das migrações
- 5) Outras instituições relacionadas com a problemática das migrações
- 6) Áreas/departamentos da instituição directamente relacionados com a problemática das migrações
- 7) Breve caracterização funcional dessas áreas/departamentos
- 8) Tipos de dados sobre as migrações recolhidos pela instituição
- 9) Qualidade e disponibilidade dos dados sobre as migrações recolhidos pela instituição
- 10) Recursos humanos da instituição afectos à recolha/armazenamento, gestão, segurança, partilha e difusão dos dados sobre as migrações
- 11) Recursos TIC da instituição afectos à recolha/armazenamento, gestão, segurança, partilha e difusão dos dados sobre as migrações
- 12) Enquadramento legal dos dados sobre migrações da responsabilidade da instituição
- 13) Procedimentos de geração dos dados sobre as migrações (recolha; tratamento; análise)
- 14) Procedimentos associados ao armazenamento dos dados sobre as migrações
- 15) Procedimentos associados à gestão dos dados sobre as migrações
- 16) Procedimentos associados à segurança dos dados sobre as migrações
- 17) Procedimentos associados a partilha de dados sobre as migrações com parceiros nacionais
- 18) Procedimentos associados a partilha de dados sobre as migrações com parceiros internacionais
- 19) Procedimentos associados à difusão de dados sobre as migrações
- 20) Importância dos dados sobre as migrações para a formulação de políticas públicas
- 21) Principais políticas públicas beneficiárias dos dados sobre as migrações

Avaliação das capacidades de gestão de dados sobre migrações em Angola

Questionário

1. Identificação da Instituição: _____
2. A actividade da Instituição reporta:
 - 2.1 à produção dos dados sobre as migrações
 - 2.2 ao armazenamento dos dados sobre as migrações
 - 2.3 à gestão dos dados sobre as migrações
 - 2.4 à segurança dos dados sobre as migrações
 - 2.5 à partilha dos dados sobre as migrações
 - 2.6 à difusão dos dados sobre as migrações
 - 2.7 a todas as anteriores
3. A responsabilidade da Instituição esgota-se:
 - 3.1 na produção dos dados sobre as migrações
 - 3.2 no armazenamento dos dados sobre as migrações
 - 3.3 na gestão dos dados sobre as migrações
 - 3.4 na segurança dos dados sobre as migrações
 - 3.5 na partilha dos dados sobre as migrações
 - 3.6 na difusão dos dados sobre as migrações
 - 3.7 em todas as anteriores
4. Indique as áreas/departamentos da instituição directamente relacionados com os dados sobre as migrações:

5. Faça uma breve descrição da estrutura organizativa das áreas/departamentos da instituição directamente relacionados com os dados sobre as migrações

6. Identifique os Recursos humanos da instituição com actividade relacionada com os dados sobre as migrações
 - 6.1 Número: _____
 - 6.2 Qualificação: _____
 - 6.3 Formação específica
 - 6.3.1 Técnica: _____
 - 6.3.1 Ética-deontológica: _____
 - 6.4 Funções: _____
 - 6.5 Padrões remuneratórios: _____
7. Recursos TIC da instituição afectados a actividades relacionadas com os dados sobre as migrações
 - 7.1 Hardware (equipamentos): _____
 - 7.2 Software (programas): _____
8. Procedimentos técnicos relacionados com os dados sobre as migrações
 - 8.1 Produção de dados (como é feita?)
 - 8.1.1 Recolha de dados: _____
 - 8.1.1.1 Documentos usados para a recolha: _____
 - 8.1.1.2 Periodicidade da recolha: _____

- 8.1.2 Tratamento dos dados (metodologias?): _____
- 8.1.3 Análise dos dados (técnicas?): _____
- 8.2 Armazenamento (como são guardados os dados?): _____
- 8.2.1 Em suporte de papel: _____
- 8.2.2 Em suporte digital: _____
- 8.2.3 Nos dois suportes: _____
- 8.2.4 Noutros suportes: _____
- 8.3 Segurança (como é garantida?)
- 8.3.1 Inviolabilidade: _____
- 8.3.2 Confidencialidade: _____
- 8.3.3 Protocolos de segurança: _____
- 8.4 Gestão (como é feita? Com base em que estratégia e planificação?): _____
- 8.5 Partilha: _____
- 8.5.1 Regular (com que instituições?) _____
- 8.5.2 Específica (com que instituições?) _____
- 8.6 Difusão: _____
- 8.6.1 Restrita (para que instituições?) _____
- 8.6.2 Geral _____
9. Articulação com outras instituições que gerem dados sobre migrações
- 9.1 Coordenação (quem assegura? com que instituições? através de que mecanismos?): _____
- 9.2 Especialização (há instituições especializadas em determinado tipo de dados?): _____
- 9.3 Comunicação (através de que canais?): _____
- 9.3.1 Regular
- 9.3.2 Pontual
10. Partilha dos dados sobre as migrações
- 10.1 Com parceiros nacionais (com que parceiros? Com que frequência?): _____
- 10.1.1 Regular
- 10.1.2 Pontual
- 10.2 Com parceiros internacionais (com que parceiros? Com que frequência?): _____
- 10.2.1 Regular
- 10.2.2 Pontual
11. Necessidades institucionais para uma melhor gestão dos dados sobre as migrações
- 11.1 Recursos humanos: _____
- 11.2 Recursos TIC: _____
- 11.3 Outros recursos: _____

Obrigado pela sua colaboração!

Avaliação das capacidades de gestão de dados sobre migrações em Angola

Questões para discussão no Grupo de Trabalho do National Training Workshop on Migration and Development

Luanda, 13 e 14 de Março de 2013

1. Que dados sobre as migrações existem em Angola? Que insuficiências e lacunas existem?
2. Os dados existentes são analisados, organizados, partilhados, disseminados? Que insuficiências se podem identificar nas diferentes dimensões?
3. De que forma os dados existentes são (ou não) usados no planeamento e nas decisões políticas, numa perspectiva de migrações e desenvolvimento? Que dados adicionais poderiam ser gerados/usados?
4. Que medidas práticas deveriam ser implementadas para promover a disponibilidade, a actualidade e a qualidade dos dados sobre migrações? Que medidas práticas deveriam ser implementadas para incorporar a perspectiva das migrações e desenvolvimento e promover o uso dos dados sobre migrações no planeamento e na formulação de políticas públicas e estratégias nacionais em Angola?

Anexo 4: Amostras de dados sobre migrações

ACNUR/UNHCR – Dados sobre refugiados e pedidos de asilo

V.2011.1.0

Year covered:

Country of asylum reporting:

Name of focal point:

Table I. Refugees and others of concern to UNHCR – Summary

Type of population	Data element	Source	Start year(*)	End of year
1. Refugees	Total refugee population + people in refugee-like situations	Table II	15,155	16,223
2. Asylum-seekers	Total pending applications	Table V	4,108	3,167
3. Refugee returnees	Total returns during the year (refugees + refugee-like situations)	Table VII.A+B		3,940
4. Internally displaced persons (IDP)	situations	Table VI A+B	-	-
5. Returned IDPs	Total IDP (+ IDP-like) returns (protected/assisted by UNHCR) during the year	Table VI A+B		-
6. Stateless persons	Total stateless persons	Table VII.C	-	-
7. Others of concern	Total Others of concern to UNHCR	Table VII.D	-	-
Total population of concern				23,330

(*) Should equal End-of year previous Annual Statistical Report.

ICAESC – Mapa estatístico das comunidades de angolanos no exterior


 REPÚBLICA DE ANGOLA
 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
 Instituto das Comunidades Angolanas no Exterior e Serviços Consulares
 MAPA ESTATÍSTICO DE ANGOLANOS NO EXTERIOR
 CONTINENTE ÁFRICANO

Países						
África do sul						10.907
Benin						15
Botswana						1004
Burquina Fasso						15
Cabo Verde						583
Congo Democrático						144.083
Congo Brazaville						21.994
Costa do Marfim						56
Egipto						22
Etiópia						86
Gabão						620
Gâmbia						1
Guiné- Bissau						44
Ghana						31
Guine Equatorial						18
Mali						51
Marrocos						195
Moçambique						682
Namíbia						42.009
Nigéria						30
Senegal						3

INE – Dados estatísticos sobre migrações Internas (IBEP 2008/09)

Angola - Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População | IBEP, 2008-2009

Quadro 2.3.2 - População migrante, segundo os períodos de referência de emigração para a província de residência actual

	Períodos de referência de migração				Número de migrantes
	Antes de 1975	Entre 1975 e as eleições de 1992	Depois das eleições de 1992, mas antes dos Acordos de Paz de 2002	A partir dos Acordos de Paz de 2002	
Angola	9,1	33,1	35,2	22,6	6.671
Área de residência					
Urbana	9,3	35,7	36,2	18,9	4.935
Rural	7,8	19,9	29,9	42,4	1.736
Província de residência actual					
Cabinda	4,6	10,3	36,2	49,0	177
Zaire	3,5	16,7	23,9	56,0	415
Uíge	19,4	22,9	37,3	20,4	78
Luanda	9,2	38,2	38,0	14,6	2.366
Kwanza Norte	7,0	24,5	26,7	41,9	195
Kwanza Sul	4,5	9,8	43,4	42,4	65
Malanje	3,5	18,7	13,7	64,1	131
Lunda Norte	3,6	17,9	33,6	44,9	163
Benguela	24,9	32,7	15,8	26,6	153
Huambo	13,8	12,3	11,7	62,1	125
Bié	0,7	14,0	33,3	51,9	127
Moxico	5,7	9,6	5,5	79,2	247
Kuando Kubango	7,3	27,9	15,4	49,4	211
Namibe	8,1	33,4	27,1	31,3	699
Huila	8,6	28,8	40,3	22,3	246

SME – Dados sobre estrangeiros portadores de visto de residência e de visto de trabalho, 2007-2010

A informação estatística referente ao Serviço de Migração e Estrangeiro do Ministério do Interior foi fornecido pelo relatório estatístico deste sector, no período de 2006 - 2010.

Nesta publicação apresenta-se a informação considerada mais relevante, deste sector, sobre: população estrangeira residente em Angola portadores de autorização de residência e vistos de trabalho desagregada por países.

Quadro 4.1 - População Residente em Angola Portadores de Visto de Residência por Continente e Países, 2007 - 2010

Continentes Países	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Total	19 588	100	20 847	100	21 591	100	23 014	100
África	11 749	60,0	12 643	60,6	13 000	60,2	13 889	60,4
Cabo Verde	3 274	16,7	3 449	27,3	3 493	16,2	3 604	15,7
Congo	247	1,3	252	2,0	253	1,2	255	1,1
República D. do Congo	459	2,3	465	3,7	466	2,2	471	2,0
Gâmbia	467	2,4	471	3,7	473	2,2	480	2,1
Guiné Bissau	615	3,1	623	4,9	625	2,9	639	2,8
Mali	546	2,8	551	4,4	558	2,6	557	2,5
Mauritânia	254	1,3	257	2,0	260	1,2	264	1,1
Nigéria	171	0,9	179	1,4	189	0,9	204	0,9
São Tomé Príncipe	5 506	28,1	6 185	48,9	6 467	30,0	7 184	31,2
Senegal	210	1,1	211	1,7	216	1,0	221	1,0
América	1 277	6,5	1 386	6,6	1 480	6,9	1 634	7,1
Brasil	571	2,9	619	3,0	660	44,505	723	3,1
Cuba	448	2,3	507	2,4	558	37,703	646	2,8
México	257	1,3	260	1,2	262	17,703	265	1,2
Europa	6 419	32,8	6 666	32,0	6 916	32,0	7 190	31,2
Espanha	262	1,3	267	4,0	270	3,9	272	3,8
Itália	302	1,5	308	4,6	313	4,6	318	4,4
Portugal	5 700	29,1	5 933	89,0	6 162	89,1	6 426	89,4
Rússia	155	2,4	158	2,4	171	2,5	174	2,4
Ásia	143	0,7	152	0,7	195	0,9	301	1,3
Vietname	143	0,7	152	0,7	195	0,9	301	1,3

Fonte: Serviço de Migração e Estrangeiro, Ministério do Interior

Quadro 4.2 - População Residente em Angola Portadores de Visto de Trabalho, por Continente e Países, 2007 - 2010

Continentes Países	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Total	53 161	100	88 035	100	217 647	100	310 079	100
África	2 838	5,3	3 747	4,3	16 186	7,4	18 383	5,9
África do - Sul	1 926	3,6	2 374	2,7	14 557	6,7	15 875	5,1
Gabão	912	1,7	916	1,0	984	0,5	1 027	0,3
Mauritânia	nd		457	0,5	645	0,3	1 481	0,5
América	8 816	16,6	17 865	20,3	40 271	18,5	51 778	16,7
Brasil	4 567	8,6	11 894	13,5	28 245	13,0	34 823	11,2
Cuba	1 438	2,7	2 372	2,7	5 605	2,6	9 279	3,0
E.U.A	2 811	5,3	3 599	4,1	6 421	3,0	7 676	2,5
Europa	13 472	25,3	15 285	17,4	41 306	19,0	56 478	18,2
Rússia	1 313	2,5	1 497	1,7	1 877	0,9	1 947	0,6
França	3 768	7,1	4 157	4,7	8 080	3,7	10 532	3,4
Reino Unido	2 718	5,1	3 513	4,0	5 845	2,7	8 769	2,8
Portugal	5 673	10,7	6 118	6,9	25 504	11,7	37 230	12,0
Ásia	28 035	52,7	51 138	58,1	119 884	55,1	183 440	59,2
China	22 100	41,6	45 036	51,2	103 546	47,6	155 282	50,1
Índia	1 600	3,0	1 914	2,2	5 129	2,4	9 572	3,1
Filipinas	2 710	5,1	2 214	2,5	6 116	2,8	9 777	3,2
Vietname	1 625	3,1	1 974	2,2	5 093	2,3	8 609	2,8

Fonte: Serviço de Migração e Estrangeiros, Ministério do Interior
nd - Dado não disponível

Anexo 5: Formulários de recolha de dados sobre migrações

BNA – Mapa resumo do Serviço de Remessas recebidas do exterior do País

Directiva n.º 06/DSI/12 de 24 de Agosto
 Anexo II - Mapa Resumo do Serviço de Remessas de Valores Recebidas do Exterior do País

Nome da Instituição Financeira:
 Data: (Dia/Mês/Ano)

Resumo de Remessas do Exterior (Por Ordenante)

Nome do Ordenante	Número de Remessas	ME Recebida	Kz Equivalentes	Comissões Kz
Total	0	0	0	0

Resumo de Remessas do Exterior (Por Agência)

Agência	Número de Remessas	ME Recebida	Kz Equivalentes	Comissões Kz
Total	0	0	0	0

Resumo de Remessas do Exterior (Por País)

País	Número de Remessas	ME Recebida	Kz Equivalentes	Comissões Kz
Total	0	0	0	0

Assinaturas

 Elaborado Por

 Responsável

Remessas do Exterior (Por Ordenante): Informar os totais recebidos, por ordenante no exterior
 Remessas do Exterior (Por Agência): Informar os totais recebidos, por Agência da instituição
 Remessas do Exterior (Por País): Informar os totais recebidos, por país de origem

Luanda, 24 de Agosto de 2012.-

DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO PRUDENCIAL
 DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

INE – Censo 2013

MÓDULO DO INDIVÍDUO

P.02 Nº DE ORDEM DO INDIVÍDUO
P.02 NOME E APELLIDO

SECÇÃO I : CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

P.03 INDIQUE O SEXO DO(A) [NOME]:

MASCULINO 1 FEMININO 2

P.04 QUANTOS ANOS TEM O(A) [NOME]? (escreva os anos [à completada])

P.04A QUAL É A DATA DE NASCIMENTO DO(A) [NOME]?

DIA MÊS ANO

P.05 ÀS ZERO HORAS DO DIA 26 DE JUNHO DE 2013, QUAL ERA A SITUAÇÃO DO(A) [NOME], NESTE AGRUPADO FAMILIAR? (EJA) ...

RESIDENTE PRESENTE (RP) 1 RESIDENTE AUSENTE (RA) 2

P.06 QUE RELAÇÃO DE PARENTESCO DO(A) [NOME] TEM COM O(A) CHEFE DO AGRUPADO FAMILIAR?

CHEFE <input type="checkbox"/> 01	PAI/ MÃE * <input type="checkbox"/> 07
CÔNJUGE <input type="checkbox"/> 02	SOGRO(A) <input type="checkbox"/> 08
FILHO(A) <input type="checkbox"/> 03	IRMÃO/ IRMÃ <input type="checkbox"/> 09
ENTEADO(A) <input type="checkbox"/> 04	OUTRO PARENTE <input type="checkbox"/> 10
GENRO/ NORA <input type="checkbox"/> 05	SEM PARENTESCO <input type="checkbox"/> 11
NETO(A) <input type="checkbox"/> 06	

P.07 QUE LÍNGUAS DO(A) [NOME] HABITUALMENTE FALA EM CASA? (Respostas múltiplas?)

P.07A PORTUGUÊS <input type="checkbox"/> 1	P.07H RIOTE <input type="checkbox"/> 8
P.07B UMBUNDU <input type="checkbox"/> 2	P.07I KWANHAMBA <input type="checkbox"/> 9
P.07C KIMBUNDU <input type="checkbox"/> 3	P.07J LUVALE <input type="checkbox"/> 10
P.07D KONGOLO/ KONGO <input type="checkbox"/> 4	P.07K MUXUMBI <input type="checkbox"/> 11
P.07E CHIKWETE/ BICHU <input type="checkbox"/> 5	P.07L OUTRA <input type="checkbox"/> 12
P.07F NEANGUELA <input type="checkbox"/> 6	P.07M MENOR DE 2 ANOS <input type="checkbox"/> 13
P.07G NHAZDICA <input type="checkbox"/> 7	P.07N SURDO/ MUDO <input type="checkbox"/> 14

P.08 QUAL É A RELIGIÃO DO(A) [NOME]?

NENHUMA <input type="checkbox"/> 1
CATÓLICA <input type="checkbox"/> 2
PROTESTANTE <input type="checkbox"/> 3
ISLÂMICA <input type="checkbox"/> 4
ANIMISTA <input type="checkbox"/> 5
JUDAICA <input type="checkbox"/> 6
OUTRO <input type="checkbox"/> 7

P.09 QUAL É O ESTADO CIVIL DO(A) [NOME] ? - SÓ PARA PESSOAS COM 16 ANOS OU MAIS (Na data até 30 de Setembro de 2012)

UNIÃO DE FACTO <input type="checkbox"/> 1
CASADO(A) <input type="checkbox"/> 2
SOLTEIRO(A) <input type="checkbox"/> 3
DIVORCADO(A) <input type="checkbox"/> 4
SEPARADO(A) <input type="checkbox"/> 5
VÍDUO(A) <input type="checkbox"/> 6

SECÇÃO II: ORFANDADE

P.10 A MÃE BIOLÓGICA DO(A) [NOME] ESTÁ VIVA?

SIM, VIVE NESTE AGREGADO 1

SIM, MAS VIVE NOUTRO AGRUPADO 2 Se 2 ou 3, passe para o P.12

NÃO 3

P.11 REGISTE O N.º DE ORDEM DA MÃE BIOLÓGICA DO(A) [NOME]

P.12 O PAI BIOLÓGICO DO(A) [NOME] ESTÁ VIVO?

P.13 REGISTE O N.º DE ORDEM DO PAI BIOLÓGICO DO(A) [NOME]

SECÇÃO III: DEFICIÊNCIA

P.14 O(A) [NOME] TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL?

SIM 1 NÃO 2 Se 2, passe para P.17

P.15 QUAL É O PRINCIPAL TIPO DE DEFICIÊNCIA DO(A) [NOME] TEM?

DIMINUIÇÃO MENTAL <input type="checkbox"/> 1	PARALÍTICO <input type="checkbox"/> 5
CEGO <input type="checkbox"/> 2	MEMBRO(S) SUPERIOR(ES) AMPUT. <input type="checkbox"/> 6
SURDO <input type="checkbox"/> 3	MEMBRO(S) INFERIOR(ES) AMPUTADO(E) <input type="checkbox"/> 7
MUDO <input type="checkbox"/> 4	

P.16 QUAL FOI A CAUSA DESTA DEFICIÊNCIA DO(A) [NOME] TEM? (Respostas múltiplas)

P.16A NASCENÇA/ CONGÊNITA <input type="checkbox"/> 1	P.16E ACIDENTE DE VIAÇÃO <input type="checkbox"/> 5
P.16B DOENÇA <input type="checkbox"/> 2	P.16F GUERRA <input type="checkbox"/> 6
P.16C ACIDENTE DE TRABALHO <input type="checkbox"/> 3	P.16G MENAS <input type="checkbox"/> 7
P.16D ACIDENTE DOMÉSTICO <input type="checkbox"/> 4	P.16H OUTRAS <input type="checkbox"/> 8

SECÇÃO IV : REGISTO CIVIL - SÓ PARA ANGOLANOS

P.17 O(A) [NOME] JÁ FOI REGISTADO(A) NO REGISTO CIVIL?

SIM 1 NÃO 2

SECÇÃO V : MIGRAÇÃO

Para as perguntas P.18, P.20, P.21 e P.22, se a pessoa nasceu ou viveu em Angola, escreva com letras de imprensa o nome da província e do município em que viveu. Se nasceu ou viveu no Estrangeiro, registre o nome do país. Se nasceu depois de 2012 não escreva nada.

P.18 ONDE FOI QUE O(A) [NOME] NASCEU?

PROVÍNCIA

MUNICÍPIO Se nasceu em Angola, passe para P.21

PAÍS (Só para Quem Nasceu no Estrangeiro)

P.19 EM QUE PERÍODO, O(A) [NOME] VEIO VIVER EM ANGOLA?

DEPOIS DE SETEMBRO 2011 (1 ANO ATIVÃO) <input type="checkbox"/> 1
ENTRE SETEMBRO 2011 E SETEMBRO 2008 (1 - 4 ANOS) <input type="checkbox"/> 2
ENTRE SETEMBRO 2007 E SETEMBRO 2012 (10 ANOS) <input type="checkbox"/> 3
ANTES DE SETEMBRO 2002 (11 OU MAIS ANOS) <input type="checkbox"/> 4

P.20 QUAL É A NACIONALIDADE DO(A) [NOME]?

ANGOLANA 1

OUTRA 2 Se 2, escreva o nome do País

PAÍS

SÓ PARA PESSOAS COM MAIS DE 1 ANO DE IDADE

P.21 ONDE O(A) [NOME] VIVIA EM 2012?

PROVÍNCIA

MUNICÍPIO

PAÍS (Só para quem viveu no Estrangeiro)

P.22 ONDE O(A) [NOME] VIVIA EM 2007?

PROVÍNCIA

MUNICÍPIO

PAÍS (Só para quem viveu no Estrangeiro)

IGT – MAPTSS – Relação Nominal dos Trabalhadores Estrangeiros

 REPÚBLICA DE ANGOLA Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social		RELAÇÃO NOMINAL DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS								Visto de Inspeção de Trabalho
N.º de ordem	Nome	Profissão	Múltiplas	Especialidade	Remuneração prevista	Estado de admissão	Duração de entrada	Data de autorização de entrada	País de origem	Visto concedido por (vota)
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										
20										

O responsável,

..... de de

